

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

ABREU, Sergio França Adorno de. Sergio França Adorno de Abreu (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 9min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Sergio França Adorno de Abreu
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Bernardo Buarque de Hollanda; Celso Castro;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 03/07/2012 a 03/07/2012

Duração: 2h 9min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Cientistas sociais de países de Língua Portuguesa: histórias de vida”, com financiamento do Programa de Cooperação em matéria de Ciências Sociais para os países da comunidade de Língua Portuguesa (Programa Ciências Sociais CPLP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Temas: Autoritarismo; Centro de Estudos de Cultura Contemporânea; Ciências Sociais; Comunicação de massa; Criminalidade; Criminologia; Crise política; Crises econômicas; Cultura; Democracia; Direito; Direitos humanos; Família; Formação acadêmica; Formação escolar; França; Golpe de 1964; Liberalismo; Literatura; Moçambique; Organizações não governamentais; Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento Pinheiro ; Pesquisa científica e tecnológica; Política; Pós - graduação; Redemocratização; Regime militar; São Paulo; Universidade de São Paulo; Violência;

Sumário

Entrevista: 3/07/2012 Origens familiares; o trabalho do pai como escrevente de cartório; o interesse do pai pela literatura; o contato dos pais com o ambiente cultural da época; a formação escolar; a moradia da família na Zona Norte de São Paulo; a cidade natal do pai, Itápolis; o sonho da casa própria para os pais; o impacto da crise econômica pós-1964 para a família; a admissão no concurso para escriturário após a conclusão do ginásio; a conciliação do trabalho com a faculdade; a atuação como inspetor de tributos não lançados; o interesse pela área de humanas desde a época do colégio; a ideia de cursar Direito, influenciado pelos pais; a decisão final pelas Ciências Sociais; o momento político conturbado da época da graduação, de 1971 a 1974; professores marcantes; a formação acadêmica na Universidade de São Paulo (USP); a experiência de pesquisa durante a graduação; o curso de licenciatura; o trabalho no Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc); o tema da tese da pós-graduação sobre a tensão entre o liberalismo e a democracia; a rotina de conciliação entre o trabalho e os estudos; a decisão de defender a tese de mestrado como de doutorado; a escolha do professor Gabriel Cohn como seu orientador; o convite para participar do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec); o trabalho junto com Rosa Fischer; o interesse sobre a questão da justiça criminal; os principais autores na área da violência em meados da década de 80; seminários sobre violência; a relação entre o aumento das obras sobre violência e o período de redemocratização política brasileira; o papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs) durante a transição política brasileira; a formação de uma cultura de direitos humanos no Brasil após o fim do regime militar; a correlação entre o autoritarismo político e a violência no Brasil; a entrada na USP como docente; a criação de um Núcleo de Estudos da Violência (NEV) junto com Paulo Sérgio Pinheiro; objetivos principais do Núcleo; as diferenças entre as pesquisas realizadas no Imesc e no NEV; a opção por tornar o NEV um Núcleo de Apoio à Pesquisa (NAP) da USP; a questão do monopólio estatal da violência; o processo de profissionalização do NEV; a coletivização do trabalho no NEV; a saída de pesquisadores do NEV; a interdisciplinaridade do Núcleo; o interesse dos alunos sobre o tema da violência; o envolvimento em diversas associações; a participação no Conselho Universitário da USP; a dificuldade em colocar em dia os textos da pesquisa; a tensão entre a rotina burocrática da universidade e a atividade como pesquisador; demandas dos meios de comunicação sobre o tema da violência; o

contato com o Centro de Estudos Sociais (CES) do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa (ICS); projeto de pesquisa desenvolvido com pesquisadores de Moçambique; o pós-doutorado na França; vantagens para a pesquisa acadêmica da internacionalização das redes; a questão da criminologia; o interesse sobre o estudo das representações da violência; estudos sobre torcidas organizadas na USP; diferenças entre os alunos de Ciências Sociais da época da graduação e os de atualmente; a diminuição do número de bons trabalhos acadêmicos na graduação; a importância da noção de investigação sociológica para os alunos; a importância das obras de Michel Foucault em sua formação acadêmica; a concepção do livro sobre os seus 20 anos como pesquisador; obra sobre os 50 anos do Eichmann em Jerusalém; as obras de Hannah Arendt e Talcott Parsons.

Entrevista: 03/07/2012

Celso Castro – Bom, Sérgio, em primeiro lugar, obrigado por nos receber, e a gente gostaria primeiro, para começar a entrevista, tendo alguns dados mais biográficos: a sua família de origem, a sua escolaridade antes da universidade...

Sérgio Adorno – Bom, vamos começar. Eu nasci dia 18 de abril de 1952. Eu completei 60 anos, acabei de completar 60 anos. Bom, eu venho de uma família de classe média. A parte da minha mãe era uma classe média profissionalizada: eram funcionários públicos, professores, trabalhadores do comércio, havia empresários também – pequenos empresários; não grandes empresários. Era uma classe média... A minha avó materna vinha de uma família de italianos que emigraram da Itália e vieram morar no interior de São Paulo e depois migraram até a capital. Era uma família grande, uma família extensa: a minha avó tinha nove irmãs, casadas, com filhos. Então era esse mais ou menos o perfil. A minha avó ficou viúva muito cedo, meu avô morreu muito cedo – eu não conheci meu avô materno –, e minha mãe, que era a irmã mais... Eram três filhos, a minha mãe era a filha mais velha, e ela tinha sete anos, quando o pai morreu. O que foi, naquela época, uma situação difícil, porque a minha avó foi trabalhar, e foi trabalhar, inicialmente, no comércio, mas depois ela foi para o cartório, escrevente de cartório, e praticamente, depois, se aposentou no cartório. A parte do meu pai era uma história diferente: eram muitos filhos – eram doze irmãos – e eram muito pobres. Eles vinham do campo. Até tem uma curiosidade: eles eram de origem espanhola, vieram para trabalhar no campo – a minha avó paterna já nasceu aqui em São Paulo –, e eles, quando casaram, como eram trabalhadores de agricultura e, portanto, à medida que ia tendo trabalho, eles iam migrando, eles tiveram doze filhos, e doze filhos em cidades diferentes. E você pode... Quer dizer, a coisa que eu mais gostaria de fazer era acompanhar o nascimento dos filhos, o percurso deles, e, sobretudo o período de coleta, sobretudo de café, enfim, de produtos regionais, em que eles iam trabalhar. E os filhos nasceram meio nas entressafras. Tem uma lógica mais ou menos... Eu preciso fazer isso. Agora eles estão... Esse mês morreram dois: a mais velha, que estava com 93 anos, e depois um outro tio, que estava com 75 anos. Agora só tem uma tia, que tem 87 anos. E eles, então, praticamente... Mas era uma família... Meu pai tinha uma característica importante, porque ele teve a escolaridade básica, mas ele sempre foi um homem muito esforçado. Então ele veio para São Paulo – foi o primeiro a vir para São Paulo –, ele sabia ler e escrever, ele tinha uma boa formação, até aonde ele estudou, o que lhe permitiu algumas coisas do tipo: ele

foi trabalhar no cartório, então, fez a carreira inteira dele em escrevente de cartório, e foi trazendo os irmãos. Foi trazendo os irmãos, trouxe a minha avó – o pai dele já tinha morrido – trouxe a minha avó, trouxe as irmãs, e todos eles foram... E uma parte dos irmãos foi trabalhar com ele no cartório – inicialmente, no mesmo cartório, e depois cada um começou a se dispersar por outros cartórios – e uma parte foi ser operário de fábrica. Essa é uma coisa muito engraçada na história da minha família, porque os operários que foram para a indústria metalúrgica, todos eles ficaram meio, vamos dizer assim, meio pelegos, e os que foram para a indústria gráfica ficaram todos comunistas. Tanto que esse meu tio que morreu era do PC do B, a ala mais radical da esquerda, ou pelo menos que foi a mais radical da esquerda. Mas eram pessoas muito... Meu pai era um homem, então, que se fez por conta própria, quer dizer, ele trabalhou muito, ganhou dinheiro, mas gastou muito dinheiro. Naquela época, não tinha essa coisa de você guardar, pensando no... E ele tinha a biblioteca dele, toda ela construída em sebos. Depois eu fui garimpando coisas extraordinárias. Então, ele gostava de literatura. Ele tinha uma enorme paixão por romance policial. Eu guardei, até aonde eu pude, eu guardei – tinha mais ou menos uns 300 volumes de romance policial –, mas depois eu tive que fazer uma doação, porque eu não tinha condições mais de guardar esse... Eles se casaram em São Paulo, em 1948, e tiveram seis filhos. Um nasceu e morreu; depois eu tive uma irmã que, quando tinha 19 anos, sofreu um acidente de moto e faleceu. Quer dizer, hoje, vivos, nós somos quatro, quer dizer, eu e mais um irmão e duas irmãs, e já não tenho mais nem meu pai nem mais a minha mãe. Fui criado num ambiente de uma classe média que apostava muito na escola. Então, você estar numa boa escola, estudar e... Tinha um ambiente muito favorável, porque meu pai gostava de ler, então, gostava de contar o que ele lia; meu pai e minha mãe tinham muito o hábito de ir ao cinema, de ir ao teatro... Hoje até, de vez em quando eu fico me perguntando: o que aconteceu nesse país? Quer dizer, meu pai, que era um homem muito simples, e minha mãe, que vinha de uma classe média, vamos dizer, profissionalizada, mas eram pessoas que iam ver Ibsen no teatro, iam ver as peças no Teatro Brasileiro de Comédia, e hoje eu vejo, por exemplo, os sobrinhos e amigos dos sobrinhos que não têm mais este certo refinamento. Porque meus pais, apesar de serem pessoas com posses muito limitadas, mas tinham: liam jornal e estavam sempre muito... Então, veio a televisão, meu pai fez questão de logo comprar televisão. Então, eu sou de uma geração que aprendeu desde cedo a assistir televisão. E teve muito estímulo a estudar.

C.C. – Em que colégio você estudou?

S.A. – Eu, inicialmente, fiz o curso primário numa escola privada, um externato – chamava-se Externato Nossa Senhora das Graças. Era uma escola... Era boa. Eu tinha bons professores, etc. Agora, quando eu terminei o curso primário, eu já fui para a escola pública, eu fui estudar num ginásio estadual. Então fiz todo o antigo ginásio num colégio do estado. A educação era excelente, professores excelentes. Muito duros, muito autoritários, com muita...

C.C. – Qual era o ginásio?

S.A. – Ginásio Estadual de Santana. Era justamente no bairro de Santana. Hoje...

C.C. – Vocês moravam em Santana?

S.A. – Nós morávamos... Assim, quando eu nasci, eu morava num bairro chamado Pompeia. Pompeia é um bairro próximo a onde fica o estádio do Palmeiras. É um bairro de classe média. Uma parte da Pompeia, que era constituída de vilas, eram vilas operárias que eram dos ferroviários que trabalhavam ali na estação, na linha do trem, na estação da linha do trem. Depois, é claro, o bairro foi sendo urbanizado cada vez mais e hoje é um bairro com muitos prédios, muito... Mas meu pai comprou uma casa no Jardim São Paulo, em Santana – o Jardim São Paulo era um bairro novo que estava abrindo –, e daí eu passei uma parte da minha vida no Jardim São Paulo e na Zona Norte. Quer dizer, eu morei uma boa parte da minha vida na Zona Norte. A Zona Norte, assim, tinha esses enclaves de uma classe média mais consolidada, era um bairro novo, com casas novas, etc, e tinha uma parte da Zona Norte que era uma parte muito popular, de pequenos lotes, de trabalhadores. A parte da família do meu pai, todos moravam na Zona Norte: Tucuruvi, Guarulhos, Vila Galvão... Porque Guarulhos já era... A Vila Nova Galvão, na época, pertencia a São Paulo e era sempre... Eles moravam ali em Jaçanã. Aquela música lá do Adoniran, então, para nós, era muito familiar, porque minha avó morava um pouquinho depois do Jaçanã. Então, meu pai comprou uma casa e então nós moramos lá nessa casa mais ou menos uns... Acho que uns 15 anos, mais ou menos uns 15 anos. Depois, nós... Em 1964, com a crise... A crise se abateu... Para nós, teve um peso muito grande, porque meu pai era escrevente de cartório e vivia de... Quer dizer, quanto mais negócios

imobiliários tinham, mais escrituras, e quanto mais escrituras, ele ganhava dinheiro. Em 1964, teve um bloqueio no mercado imobiliário, porque ninguém sabia o que ia acontecer, então ninguém comprava e vendia. Eu me lembro até... Eu conto essa história, que eu ouvia em casa... Meu pai, já não tanto, mas minha mãe falava muito assim: “Quando o comunismo vier, você vai dividir o teu quarto com pessoas que você nunca viu na sua vida”. Então, quer dizer, o comunismo era um negócio assustador, você vai ter que dividir... E aquela coisa da Igreja.

C.C. – Fazia parte. Mas não tinha um ramo da família que já tinha virado comunista?

S.A. – Tinha, a parte do meu pai, mas não era uma coisa muito... Quer dizer, não era, por exemplo, como algumas famílias, que você tinha uma discussão política muito... Lá em casa, a gente sabia que eles eram mais... Meu tio era gráfico, então, fazia... Não era uma coisa, vamos dizer, totalmente fora do nosso... Agora, a parte da minha mãe era muito católica, eles eram muito católicos, então, associavam essa coisa da propriedade com a coisa de Deus. Então, eram as duas coisas que eu ouvia: ia dividir o quarto com pessoas desconhecidas e Deus vai desaparecer, e aí não se sabe o que vai acontecer, porque sem Deus era um negócio... Bom, meu pai começou a não ter escrituras – e não tinha escrituras, não tinha rendimento –, aí nós tivemos que vender a casa. Então, nós vendemos a casa e, depois, começamos a morar de aluguel, mas tudo no mesmo bairro. Ficamos um bom tempo no mesmo bairro.

Bernardo Hollanda – Sérgio, uma curiosidade sobre o seu pai: você falou que ele veio do campo, mas de alguma cidade específica? Você falou que seu avô...

S.A. – Meu pai nasceu numa cidade chamada Itápolis, que eu acho que é meio no noroeste do estado, e foi justamente o caminho que eles fizeram, noroeste e norte. Mas ele teve irmãos em Araraquara, Ribeirão Preto, São Carlos. Eles foram passando... Fizeram este movimento do noroeste para o norte e foram depois descendo. Itápolis era uma cidadezinha pequena. Não era das cidades mais importantes de São Paulo na época, quer dizer, não era Campinas. Ribeirão Preto já tinha... Araraquara era uma cidade com um certo status. Não era uma cidade como essa, pois era uma cidade muito pequena. Ela tinha um carnaval importante, porque eu me lembro de ter fotos em casa de Marília, Itápolis, etc. Meu pai nos levava para ir ver o carnaval, os carnavais de clube. E era isso. Era uma família pobre, mas era o que se

chamava de pobre... Quer dizer, o pobre, na época, o que eu me lembro, eram pessoas que viviam de salários, do trabalho... Que eu me lembre, eu não tive nenhum parente que vivesse, por exemplo, do trabalho informal. Todos eles tinham um trabalho formal, e a maioria deles o trabalho era na fábrica, ou então na prefeitura. Eu me lembro também de prefeitura. Então tinham um trabalho formal. E aí qual era o sonho? Para o meu pai, eu lembro muito bem, o sonho era ter a casa própria... E casa própria não era nenhum apartamento, etc. A casa própria era ter um lotezinho e construir a casa. Era sempre um... Nem se pensava em sobrado, porque fazer um sobrado já era alguma coisa... mas era uma casa em que você podia ter uns dois quartos, uma sala, a cozinha, o banheiro e um quintal. O quintal era importante porque era o lugar onde as crianças brincavam e era o lugar onde se podia até ter uma pequena horta. Então eu me lembro muito bem que esse era o sonho. E ter a casa, naquele momento, significava você ser independente do proprietário, quer dizer, a ideia de que você... Se você amanhã não puder pagar a casa, você tem a casa. O fato de que, se você tem um aluguel, se você não puder pagar a casa, você tem que sair da casa. Então esse medo era sempre muito grande. E a segunda coisa era dar para os filhos uma educação que eles não tinham tido. Então, todos os meus primos, todos eles tiveram uma educação melhor do que seus pais. Quer dizer, na melhor das hipóteses, terminaram o segundo grau, mas boa parte deles também fez o curso universitário. Então, esse era o sonho. O sonho era aquele de poder ter uma vida... Quer dizer, deixar para os filhos essa segurança da casa própria e a educação, porque, com a educação, as pessoas podiam ter uma profissionalização, uma vida melhor.

C.C. – Mas pós-1964... A crise não foi política; foi econômica, para a família.

S.A. – É, para nós, não foi tanto política.

C.C. – E pegou...

S.A. – Pegou, pegou bastante, porque um pouco depois, em 1968, em 1968-1969, meu pai ficou doente. Meu pai teve um problema na vista e ele praticamente perdeu a vista. Quando ele perdeu a vista, ele não podia trabalhar, porque ele não tinha como escrever, e o que aconteceu foi que a minha irmã, que na época era a mais velha, ela foi trabalhar com ele no cartório, e ele ditava e ela escrevia as escrituras. Quer dizer, nós tivemos que fazer isso. O meu irmão, que é o terceiro – eu sou o segundo e ele é o terceiro –, ele foi trabalhar muito cedo: ele

foi trabalhar com 12 anos. Porque daí que a minha avó e a minha tia vieram morar em casa. Foi um período muito difícil, eu me lembro muito bem, e eu me lembro que a gente passou dificuldades. Ninguém passou fome, etc, mas a gente tinha uma vida muito... E eu fui trabalhar também, eu fui trabalhar também no cartório.

C.C. – Com que idade isso?

S.A. – Eu devia ter uns 15 anos. Depois, quando eu terminei o curso clássico... Porque eu fiz o ginásio; fiz o curso clássico num excelente colégio da Zona Norte, chamava Colégio Estadual Dr. Octávio Mendes, e era um colégio realmente... O ensino era excelente, professores excepcionais, tudo. E eu me formei, fiz o curso lá, e daí eu fui dar aula num cursinho. Então, fiquei mais ou menos uns seis ou sete meses num cursinho preparatório para o curso de admissão. Porque, naquela época, vocês devem saber, quer dizer, acho que em outros estados também era isso. Em São Paulo, você tinha que fazer admissão, porque não tinha vaga para... Então, era um vestibular. E eu fiz então esse curso, fiquei, mais ou menos, dando aula no cursinho uns seis ou sete meses, e aí eu passei num concurso da prefeitura, um concurso para escriturário. E, claro, era melhor que no cursinho, porque era um salário fixo, garantido. Quer dizer, o sonho de uma família de classe média era o funcionalismo público, porque aí era uma coisa garantida.

C.C. – Isso antes de entrar na faculdade?

S.A. – Mas logo depois eu já entrei na faculdade. Eu fiz o vestibular em 1970, entrei em 1971, e fui admitido na prefeitura em 1970.

C.C. – E aí você fez o curso na prefeitura, trabalhando...?

S.A. – Eu fiz o curso na prefeitura. Inicialmente... Foi um pouco o inverso, eu estou confundindo, pelo seguinte: eu estava dando aula ainda no cursinho, eu entrei na faculdade – tanto que eu fiz o primeiro ano à tarde – aí, quando eu entrei na prefeitura – porque aí o trabalho era o dia inteiro – eu passei a estudar à noite. Então, o segundo, o terceiro e o quarto ano da faculdade, eu fiz à noite. Foi isso. É o inverso do que eu tinha falado. Eu, no primeiro ano, eu ainda dei aula no cursinho. Aí eu fui para a prefeitura, fui trabalhar como escriturário. E aí,

claro, eu entrei no vestibular, eu tinha uma formação muito melhor que muitos funcionários lá, então eu logo fui sendo meio que promovido. Eu trabalhava numa área de tributos, então, o diretor, para poder valorizar um pouco a minha presença, me designou *inspetor de tributos não lançados*. Inspetor de tributos não lançados era inspetor de bilheteria de cinema. Eu não sabia, eu não fazia isso na rua, a única coisa é que eu tinha uma carteirinha que me permitia entrar no cinema... Mas eu ganhava uma pequena diferença, justamente para poder... Eu chefiava, na verdade, uma divisão de... A parte administrativa da divisão. Mas eu logo peguei o jeito e eu sabia informar processos fiscais. Porque os inspetores fiscais, muitos deles eram semianalfabetos, que vinham nomeados, naquela época, de designação. Então, o que eles faziam? Eles faziam toda a fiscalização... Eu não fazia nada, eu não entrava em contato com ninguém, eu não... Era só chegar para mim e dizer: “Este caso aqui é assim, assim e assim”. Eu anotava e aí eu redigia, porque eles não tinham condições nem de redigir. Então, eu redigia e ganhava um dinheirinho extra. Como eu tinha que pegar meu salário e dar em casa – porque tudo que eu ganhava na prefeitura, eu dava em casa –, aquilo é que me permitia comprar livros. Até conto umas coisas engraçadas. Porque eu comprava livros à prestação. Tinha uma livraria ali na Praça da República chamada Livraria Ler. Então tudo que era, vamos dizer, essa bibliografia de maior peso – os três volumes do Marx, ou os dois volumes da *Economia e sociedade* –, eu fui comprando tudo à prestação. E eu me lembro... Isso foi uma coisa que eu já até contei. O saudoso Flávio Pierucci, ele contou também e morreu de rir. Porque eu quase comprei as *Obras completas do Lenin* em 32 volumes. Mas eu desisti. [risos] Achei que era muito caro, era muito investimento. Imaginem o que eu estaria fazendo com as 32 obras do Lenin em casa hoje. Mas, de qualquer maneira, Marx está lá; evidentemente, o Weber está lá. Mas eu fiz muito isso. Então, eu comprava muito livro à prestação, com esse dinheirinho. Agora, era um trabalho que eu não fazia lá. Na verdade, lá, o dia inteiro, eu estava trabalhando... Eu levava para casa. Eu fazia em casa durante a semana. Muitas vezes, eu fazia... Se eu voltava mais cedo da faculdade à noite, eu fazia; se não, no final de semana. Fazia tudo lá. Eu me lembro que, quando eu saí da prefeitura, os inspetores ficaram tão assim que eles iam levar em casa, e eu dizia para eles: “Não posso mais, agora eu estou...”. “Não, mas ainda faz mais esse.” Então, eu ainda, um pouco, uns meses ainda, eu ajudei ainda a fazer algumas coisas, mas depois eu disse: “Agora não dá mais”.

C.C. – Só uma pergunta, antes de terminar a faculdade: por que a opção pelas Ciências Sociais nessa altura? Em 1970, que você fez o vestibular, não é?

B.H. – Então eu posso te perguntar, também, o seu interesse pelas Humanas já vem do clássico? Seu gosto por leitura...?

S.A. – O interesse da Humanas vinha pelo clássico. Quer dizer, quando que eu fiz...? Eu fiz o curso clássico em 1967, 1968 e 1969. Eu entrei em 1970 na Faculdade de Ciências Sociais. Então, havia uma efervescência intelectual. E o meu curso, o curso clássico, era um curso de muita abertura. Para vocês terem uma ideia, eu li Celso Furtado, eu li Caio Prado, a gente lia os... Hobsbawn! Quer dizer, quando eu entrei no colégio, eu já sabia o que era, de certo modo, uma análise histórica e sociológica. Pelo menos, não era uma coisa completamente estranha. É claro que depois, na faculdade, tem um choque, porque você começa a ter contato com uma literatura que não era uma literatura habitual. O modo de pensar também não era habitual. Mas eu tinha professores de Literatura e de História que eram excelentes, então, eu tive uma formação de História excepcional. A gente lia os melhores intérpretes do processo histórico. Então, aquilo me deixou, quer dizer, aquela necessidade que você tinha de compreender aquele mundo, de entender o que estava se passando. O colégio estava numa grande efervescência, então, tinha muita passeata, a gente ia às passeatas, havia lideranças que falavam... Então, havia uma enorme politização na escola secundária, e essa escola, particularmente, era uma escola muito politizada. Então, eu fiquei muito assim: por um lado, eu não estava ainda na prefeitura, mas a pressão da minha família era para que eu fosse para o Direito. E eu tinha uma forte inclinação. Meu pai gostava muito. Meu pai nunca pôde fazer o Direito, mas ele era... Por exemplo, ele tinha um domínio do Código do Processo Civil que era impressionante. Maior que muitos advogados, porque ele conhecia a coisa prática ali. Eu cresci, para vocês terem uma ideia, e por isso que eu também pensei muito em fazer Direito, ouvindo discussão sobre escrituras, dentro de casa, sobre como fazer uma escritura, como... Eu me lembro, uma vez até... Isso eu conto também no meu memorial, que uma vez meu pai e minha avó – porque meu pai, então, era de cartório e minha avó, que era sogra dele, era também de cartório, então, era uma família de cartorários –, eles estavam discutindo... Minha avó consultou meu pai com o seguinte: “Apareceu um cliente lá no cartório que quer ter a garantia de que o vizinho vai subir o muro da casa e ele quer ter a garantia de que vai continuar tendo ar, circulação de ar, e claridade”. Meu pai falou: “Artigo tal do Código do Processo”, foi lá e mostrou para minha avó. “Vou fazer a minuta da escritura para a senhora.” Então, ele sentou na máquina – aliás, vivi com máquina de escrever em casa. Quem não pagava escritura, pagava

em máquina de escrever. Então, tinha meia dúzia de máquinas de escrever, e a gente foi aprendendo lá a escrever na máquina, eu e meu irmão. Então, havia um forte estímulo para eu ir para o Direito: inconscientemente, do meu pai, porque eu poderia ser aquilo que ele não conseguiu ser, e minha mãe porque, claro, ia virar um profissional. Mas aí, quando chegou no final do curso clássico, eu quis fazer Ciências Sociais. Eu quis fazer Ciências Sociais, e minha mãe ficou muito apavorada. Porque minha mãe era muito amiga, lá no bairro, da mãe da Heleieth Saffioti, e um dia a minha mãe estava conversando com a mãe da Heleieth e a mãe da Heleieth perguntou para ela: “E seu filho vai fazer o quê?”. Minha mãe falou: “Olha, parece que ele decidiu que ele vai fazer Ciências Sociais”. E ela falou: “Ai! Não faça isso! A senhora não sabe, aqui em casa, toda hora tem polícia atrás da minha filha”. Minha mãe ficou apavorada. Aí veio conversar comigo e eu falei: “Não, imagina! Isso só acontece com alguns; não acontece...”. E acabei fazendo. E minha avó, que era uma figura muito... Pertencendo a uma classe média mais profissionalizada, etc, ela não entendia muito bem, até que um dia ela viu uma foto e uma descrição do Gilberto Freyre na coluna social do Tavares de Miranda no *Estadão*. Então, ela recortou... Porque aí ela achou que não era tão mau assim. Se ele estava aparecendo na coluna social é porque não devia ser tão problemático. Fui fazer Ciências Sociais.

C.C. – Agora, você faz Ciências Sociais de 1971 a 1974, era o auge da repressão política, e a USP tinha tido uma...

S.A. – No auge da repressão política. A gente conviveu com momentos muito difíceis, inclusive na sala de aula. Era muito difícil. Salvo um pequeno grupinho de amigos, etc, você nunca sabia se o colega do lado era informante ou não era. Tinha um – eu sempre falo isso para os meus alunos, também – tinha um japonês que era muito tímido. Ele era o informante, para nós. Todo mundo se isolava dele, porque ele era um pouquinho mais velho, também. Então, a gente achava que ele era um agente do Dops infiltrado. E a gente sabia... Vez ou outra, a polícia entrava dentro de sala para retirar aluno. Então, era uma coisa... Era um clima de insegurança. A gente andava com livros com muito medo. Você não sabia. De repente, alguém te pega com um livro e acha que você estava na luta armada. Então, era uma coisa muito... E na sala de aula, eu me lembro, não se falava em marxismo; falava-se em teoria histórico-estrutural. Quando

você falava teoria histórico-estrutural, todo mundo entendia, mas falar abertamente em marxismo, não se podia. Então, era um período de muita repressão, muito medo, muita insegurança. E eu nunca fui... Eu fui às passeatas, a... Naquela época, eu me lembro que tinha muita... cursos de extensão com grandes conferências, então, falava o Octavio Ianni, falava o Weffort, e aquilo enchia de pessoas. Eu participei de todos esses eventos, para entender o que estava acontecendo. No entanto, eu nunca fui ligado a partido e nem ao movimento estudantil; eu sempre tive uma posição mais... Talvez, um pouco do conservadorismo que tinha em casa, também. Eu não me identificava muito com essa... Ah! E tinha que trabalhar, não é? Tinha esse detalhe. Eu sabia disso. Desde muito cedo, eu sabia que eu... Eles dependiam do meu trabalho. Então, acho que tudo isso contribuiu para que eu tivesse uma... Mas o curso foi um curso, para mim... Quer dizer, hoje, quando eu olho, o curso hoje é mais sólido, num certo sentido. Naquela época, a gente tinha... Muitos professores tinham sido cassados. Mas eu tive uma formação boa. Eu sempre digo para... É uma das questões que eu digo assim: a coisa mais importante que eu aprendi aqui na Ciências Sociais da USP é que eu podia não saber tudo, mas eu sabia como buscar. Isso foi a coisa mais importante que o curso... Quer dizer, quando eu fiz a minha tese lá sobre os bacharéis, era porque, uma coisa é o seguinte: eu precisava entender melhor a história do país. E eu sabia por que eu precisava entender: porque o que eu tinha aprendido de história era insuficiente, então eu precisava me debruçar mais sobre isso.

C.C. – E os professores? Algum te marcou, em especial?

S.A. – Os professores, havia... Havia muita... Bom, foi um período assim: professores muito jovens de repente vieram a assumir o lugar que era dos professores, vamos dizer, já mais... já doutores, com... Então, vários professores meus que são meus colegas, hoje, eles foram meus professores, mas a diferença de idade era pequena. Eles tinham entrado lá muito cedo, eram auxiliares de ensino e de repente viraram condutores de disciplina: a Maria Helena Oliva, a Maria Célia Paoli, a Irene Cardoso. Esses professores são todos meus professores. Eles tinham uma formação muito boa, porque eles trabalharam com o Octavio Ianni, trabalharam com o Luís Pereira, trabalharam com o Florestan, com o Fernando Henrique, pertenceram a este universo, então eles tinham muita solidez. Não eram pessoas... E, claro, haviam permanecido alguns professores, e esses professores mantiveram um padrão muito bom: o Gabriel Cohn tinha permanecido, o José de Souza Martins, a Heloísa Martins, a Heloísa

Fernandes... Estou lembrando alguns, mas... O Ruy Coelho estava lá, o Aziz Simão estava – quer dizer, o Aziz era uma figura histórica –, a Maria Isaura Pereira de Queiroz estava... Então, tinha... Quer dizer, apesar das cassações, se manteve um coisa que garantiu a reprodução de um padrão, um padrão de ensino, um padrão de estudos. Quer dizer, eu estudei muito. Eu me lembro que acompanhar os cursos não era... Eu sempre aprendi... Sempre falo para os alunos assim: “Eu aprendi aqui que dar uma lidinha não resolve. Você tem que estudar o texto”. Então, essa história de você ler e voltar, e aprender a gostar de ler o texto, de ler com atenção, isso foi algo que... Agora, era um período... Por que era difícil? Você tinha uma sala com 200 alunos, então, eram aulas conferências. Depois, em Sociologia I e Sociologia II, havia os assistentes, então, a gente tinha as aulas amplas, teóricas, e depois, com os assistentes, com um grupo menor de pessoas, 20 a 25 alunos, a gente lia e discutia os textos. Eu acho que foi uma formação... Foi uma formação boa. Depois, disciplinas optativas, eu tive cursos excelentes. Quer dizer, eu diria que a ditadura, as cassações, de fato, tiveram um efeito devastador, sobretudo na área de pesquisa e pós-graduação, agora, quem permaneceu segurou, e segurou de uma maneira... Hoje, quando eu vejo, até é heroica, porque tinham que dar aula para um grupo muito grande de alunos; muitos eram muito jovens, então, meio que tinham que sacrificar no começo a sua carreira docente. Eu vejo, por exemplo... Isso penalizou alguns colegas. Por exemplo, a Maria Célia e a Maria Helena até hoje não fizeram livre-docência. Eles foram meus professores, mas... Por quê? Porque entraram nos compromissos de dar aula, de formar aluno, etc, e não conseguiram fazer a dedicação... Todos fizeram... A Maria Célia se doutorou com o Hobsbawn, em Londres; a Maria Helena fez aqui, mas dificultou a formação. Então, eu digo: eu acho que o curso era bom. Hoje, quando eu vejo, eu vejo, por exemplo, que a área de metodologia é mais sólida, porque naquela época era mais difícil, tinha poucos professores.

C.C. – Quer dizer, a experiência de pesquisa também não era o forte do curso.

S.A. – Exatamente.

C.C. – Bom, você também, trabalhando, não teria muito...

S.A. – A pesquisa estava na pós-graduação; pouquíssima pesquisa na graduação. Eu fiz pesquisa na graduação, vou explicar por quê: porque eu me juntei com colegas e nós, numa disciplina do Lucio Kowarick, que se chamava *Trabalho e marginalidade*... Um dos temas

daquela época era a marginalidade, a marginalidade social e toda a questão do trabalho, e nós resolvemos fazer um trabalho que não era muito habitual: nós resolvemos estudar presos que saem das prisões.

B.H. – Egressos penitenciários.

S.A. – Egressos penitenciários. E daí nós fizemos um trabalho inicial, para o curso do Lucio, fazendo entrevistas com egressos que estavam no Rotary Clube, enfim, sendo monitorados, e o Lucio gostou do trabalho e tudo. Mas aí nós procuramos a Maria Célia Paoli e, durante dois anos, nós continuamos esse trabalho com ela. Então, apesar de eu estar trabalhando o dia inteiro, apesar de a gente estar... O final de semana, eu passava fazendo pesquisa. E era um grupo muito animado, que se reunia frequentemente. Então, tinha uma coisa muito boa, porque a gente chegou próximo de alguns professores, da Maria Célia, do José Carlos Bruni, da Maria Lucia Montes. E a gente tinha um grupo de estudos. Então, a cada 15 dias, a gente se reunia para ler ou um livro, ou um texto. Então, por exemplo, eu li o *Interacionismo simbólico*; a gente leu Foucault; leu Hannah Arendt. Então, fomos fazendo um conjunto de leituras que foi ótimo. Quer dizer, a gente formou um repertório, formou uma... Então, quando, por exemplo, eu fui fazer o... – eu entrei para fazer o mestrado, mas, no final, fiz o doutorado direto – eu não era um aluno completamente verde, quer dizer, eu já tinha uma... Eu acho que os alunos da... Outro dia, eu estava conversando sobre isso e o Gabriel também acha. A ideia de que os alunos que iam para a pós-graduação eram os alunos mais preparados. O aluno médio não se aventurava a... E a seleção era muito diferente, porque a seleção era uma seleção individual, junto com o orientador, mas o orientador só assumia se ele estava convencido de que o aluno... Então, como eu digo, não é que os alunos na época fossem melhores; é que os alunos que estavam na pós-graduação eram os que podiam fazer pós-graduação e que eram, na verdade, os melhores.

C.C. – Quando você termina o curso, em 1974, qual era a perspectiva para continuar na carreira? Era fazendo uma pós-graduação?

S.A. – Eu pensei... Quer dizer, em 1975, eu ainda fiz um ano de licenciatura. Porque a licenciatura era separado, era na Faculdade de Educação. Então, eu ainda fiz um ano de licenciatura.

B.H. – E já era aqui? Ou era a Maria Antônia, ainda?

S.A. – Não, eu nunca fiz a Maria Antônia. Na Maria Antônia, ficou até 1969. Em 1970, já passou... Eram os chamados barracões, onde hoje funciona o Instituto de Psicologia, e eu, quando eu vim, em 1971, eu já vim para cá. Eu nunca... A Maria Antônia, para mim, é um personagem recente, por causa do Centro Maria Antônia e essa coisa toda. Mas eu não estudei lá. Até 1969, em 1970 já veio. Em 1971, a gente já estava... Eram uns prédios... Eram uns barracões, de fato, que foram construídos a toque de caixa para, justamente, tirar as pessoas da Maria Antônia. Quer dizer, foi uma coisa política, mesmo. Depois, quando eu terminei aqui a Ciências Sociais, quando eu vim fazer a pós-graduação, já estava nesse prédio atual, o Conjunto de Filosofia e Ciências Sociais, lá em cima. Qual era a perspectiva?

C.C. – Mas isso depois da licenciatura?

S.A. – Isso depois da licenciatura.

C.C. – Você fez um ano só de licenciatura e aí ingressou no mestrado?

S.A. – Não.

C.C. – Era o doutorado?

S.A. – Eu fui trabalhar num órgão do estado chamado Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo, IMESC. Eu fui trabalhar no IMESC. E, na verdade, foi uma indicação da Maria Célia. A Maria Célia tinha sido convidada para trabalhar e disse: “Não, eu sou professora aqui da USP, mas eu tenho um aluno meu que eu gostaria de indicar”. Então, eu fui lá, fiz uma entrevista com o superintendente... Era um instituto muito engraçado. Era um instituto com um superintendente, uma figura hipercontrovertida – depois descobrimos que ele era informante do SNI –, que era... A cabeça dele... Era um criminólogo, e com fortes inclinações lombrosianas. Ele era médico legista, então, ele tinha todos os... Agora, é claro, eu fui lá e eu não queria fazer nada daquilo que estava lá, mas eu acabei, pouco a pouco, criando

um programa de investigações. Me juntei com uns outros jovens que estavam lá, que eram assistente social, psicólogo, etc, e começamos a fazer pesquisa ali. Isso foi em 1975, 1976... Eu fiquei um bom tempo lá. Eu fiquei lá até 1980. Depois, em 1980... Eu entrei na pós-graduação em 1978. Quer dizer, quando eu estava lá no instituto, eu daí falei: “Não, eu quero fazer. Agora, eu acho que eu estou...”. Porque, naquela época, não era imediato, você terminar a graduação e já ir fazer; você tinha que ter uma... É aquela ideia de que você tem que amadurecer um pouco para saber o que você quer fazer. E eu quis fazer o mestrado. E aí eu tinha na cabeça o projeto do liberalismo e os bacharéis, que era uma coisa que nasceu... Eu até conto, eu acho que lá no começo do... Nos dois memoriais que eu escrevi, eu conto, e eu falo também um pouquinho na introdução do livro *Os aprendizes do poder*. O que acontecia? Eu tinha, na minha casa, uma família que tinha, vamos dizer, uma admiração quase litúrgica pelo Direito. Quer dizer, o Direito tinha uma força de juntar as famílias à mesa no domingo. Então, para mim, aquilo era muito curioso, como é que o Direito juntava as pessoas. Era uma coisa assim. Por outro lado, era uma época em que se estava discutindo muito o papel dos intelectuais – qual tinha sido o papel dos intelectuais, os intelectuais orgânicos, os intelectuais tradicionais, o papel dos intelectuais na revolução burguesa... E eu disse o seguinte: “Não, mas a gente precisa entender um pouco a formação desses intelectuais no país”. E aí comecei a fazer um estudo exploratório. Esse estudo exploratório mostrou que os intelectuais brasileiros, no início da sociedade nacional independente, eram os bacharéis. Eram eles. Aí, bom, onde os bacharéis estavam? Na Faculdade de Direito. Fui estudar a Faculdade de Direito. Então, foi uma coisa, quer dizer, alguns móveis inconscientes, e alguns, plenamente conscientes, porque eu sabia que eu queria era construir esta história, um pouco da Faculdade de Direito do ponto de vista de uma história dos intelectuais e da relação dos intelectuais com o poder. E era isso.

B.H. – E o contexto da época, também, de redemocratização.

S.A. – Exatamente.

C.C. – O Fernando Henrique, senador. Devia ter essas discussões.

S.A. – Isso também. Mas sabe o que mais? Tinha uma grande discussão sobre autoritarismo e tinha uma discussão sobre, quer dizer, como é que você podia ser liberal numa sociedade autoritária. Isso era o enigma, que eu só fui descobrir no final, porque no final, depois

de tanto estudar o liberalismo, eu disse: “Mas o liberalismo é conservador”. O liberalismo, quer dizer, claro, você tem um liberalismo mais próximo da democracia, mas, de modo geral, se você pegar, é muito conservador, porque, na verdade, é um pensamento muito ligado às liberdades individuais. E eu estava meio... Eu estava lendo o material da minha pesquisa – grande parte da pesquisa foi feita nos jornais acadêmicos – e eu via os temas liberais, mas ao mesmo tempo, via perspectivas outras, até que um dia, eu estava conversando com a Maria Lúcia Montes e a Maria Lúcia falou para mim: “Você precisa ler a tese da Célia Quirino sobre Tocqueville”. Bom, aí eu peguei a tese da Célia Quirino. À hora que eu li a tese da Célia Quirino, eu falei assim: “Resolveu o problema. O problema não é autoritarismo *versus* liberalismo; o problema é liberalismo *versus* democracia”. Era o problema de que a sociedade tinha sido liberal, mas não tinha sido democrática. Bom, aí também desentrou um debate até hoje entre o Roberto Schwarz e a Maria Sylvia de Carvalho Franco. O Roberto Schwarz tinha escrito “As ideias fora do lugar” e a Maria Sylvia escreve um artigo absolutamente surpreendente chamado “As ideias estão no lugar”. E eu ficava sempre naquela dúvida: “Não estão no lugar. Eu acho que o liberalismo...”. Bom, aí, quando começo a descobrir que os liberais dizem que escravidão não era problema, porque escravo era coisa e, portanto, não entrava no contrato, e que... Claro, era uma nódoa, “mas isso vai passar, e o nosso problema é o trabalho livre”. Eu disse assim: “Mas tem escravidão, e como é que faz essa...?”. Era um problema nosso, mas não é um problema deles. E aí, quando eu começo a ver que o problema era, na verdade, a tensão entre liberalismo e democracia, aí a coisa se... Então, todo o meu primeiro capítulo da tese, em que eu reconstruí um pouco a coisa das... Na verdade, a única originalidade que tem ali foi eu ter trabalhado com os materiais que eu trabalhei, mas era a tese do Carlos Guilherme Mota, da *Ideia de revolução no Brasil*, porque daí eu entendi perfeitamente que, na verdade, a gente tinha um movimento revolucionário no país e que a temática da igualdade *versus* a liberdade sempre apareceu na história da formação. Então à hora que se desdobrou, eu escrevi a tese. Foi uma coisa interessante porque, em 1978 eu entrei na pós-graduação, fiz os créditos; em 1980, eu tive uma bolsa da Fapesp, de mestrado, fiquei de 1980 até 1982 com a bolsa... E o que é que eu fiz? Quando eu voltei, eu tinha praticamente toda a pesquisa empírica feita, mas eu não tinha a tese pronta. Aí eu voltei a trabalhar, e eu dava aula à noite. Então, era assim: eu levantava de manhã, eu ia para o IMESC – porque eu tinha pedido licença no IMESC –, eu voltava, ia para o IMESC, ficava no IMESC até mais ou menos umas cinco e meia; cinco e meia, eu saía de lá e ia para a faculdade dar aula e voltar

para casa. Voltava, acordava às cinco horas da manhã e ia para a máquina de escrever com o meu material. Com isso, eu começava a esquentar às seis e meia. Às sete e meia, eu tinha que fechar a máquina. Hoje, essa disciplina férrea... Porque daí, chegava no final de semana, eu começava às oito e parava às cinco. E aí, às cinco, tomava banho, me arrumava e ia para a rua. Às vezes, no domingo, eu levantava às oito, trabalhava até às cinco, depois ia para a rua. E nos dias de semana, das cinco às sete e meia. No final de dois anos, a tese estava pronta. Porque foi a coisa do *habitus*: o *habitus* e a concentração construía.

C.C. – Mas você passou direto para o doutorado?

S.A. – Passei direto para o doutorado.

C.C. – Fez os créditos do mestrado...

S.A. – O que aconteceu? Eu entreguei... Eu fiz o exame de... Eu entrei para o mestrado. Quando eu comecei a fazer o mestrado, o Gabriel falou para mim assim: “Faz todos os créditos, para deixar o doutorado livre, porque, assim, amanhã, quando você voltar para o doutorado, já está isso pronto. Faz o exame de duas línguas...”. Aí fiz tudo isso. Fiz tudo isso. Bom, e aí, o que aconteceu? Eu comecei a fazer a pesquisa, fiz o exame de qualificação, tudo bem, o exame de qualificação e quando entreguei a tese para o Gabriel, o Gabriel me ligou e falou assim: “Não dá para defender isso como mestrado. Nós vamos defender como doutorado. Isso é muito mais que um mestrado; isso é um doutorado”. Tanto que eu falei para ele assim: “Mas, Gabriel, não é uma obra amadurecida”. E ele falou assim: “Mas o doutorado não tem que ser amadurecido. O amadurecido, vai fazendo no resto da vida. Você tem que ter uma boa tese, bem sustentada, bem organizada, do ponto de vista das tuas hipóteses. E isso tem”. Aí o que é que eu fiz? Eu fiz um novo exame de qualificação, mas aí já fiz praticamente com a tese pronta, e aí entreguei direto.

C.C. – E por que ficou o Gabriel sendo seu orientador? Isso já era...?

S.A. – O Gabriel Cohn?

C.C. – O Gabriel Cohn.

S.A. – Porque eu estava estudando ideologia liberal. A ideia era a questão da ideologia. Eu entrei com essa discussão ideológica e depois eu fui descobrindo que o problema era... Tem muito de análise de ideologia, mas que, na verdade, de qualquer forma, era o liberalismo organizando a atividade política. E era o Gabriel. E naquela época não tinha uma coisa muito assim. Quer dizer, guardados os grandes cânones, eram poucos os orientadores credenciados, e todo mundo orientava tudo. É claro, por exemplo, o Martins orientava, sobretudo questões agrárias, camponesas etc., mas orientava outras coisas também, porque o Martins trabalhava questões... formação industrial, operária, etc. O Gabriel trabalhava mais os grandes temas, sobre ideologia, sobre sociedade de massas, como se dizia na época, etc, e pesquisas, vamos dizer, sobre a formação do Estado. Então, eu fui para ele. Durante a graduação, eu tinha tido muita proximidade, porque eu gostava muito das aulas dele, eu gostava dos comentários dele. E o Gabriel, então, eu me aproximei por causa disso, e foi muito bom. O Gabriel tem uma coisa, ele é um orientador à moda antiga, ou seja, ele não fica te pajeando o tempo todo para saber o que você está fazendo, o que não está fazendo, etc. Você prepara e manda, e aí ele comenta, e os comentários eram sempre muito sólidos, muito... Sabe? Eu nunca tive... Então foi bom. Depois, quando eu vim... Quando eu fui aprovado e fui para o departamento...

C.C. – Isso já em 1986, que você entrou para a USP.

S.A. – Já em 1986. Depois que eu terminei, que eu fiz. Depois, quando eu vim para o departamento, eu...

C.C. – E aí você saiu da faculdade na qual você dava aula, a Alcântara Machado, e também do...

S.A. – Saí da faculdade que eu dava aula e saí do instituto.

C.C. – ...do IMESC.

S.A. – Do IMESC.

C.C. – E o trabalho como escriturário, você já tinha saído? O trabalho que você tinha na prefeitura.

S.A. – O da prefeitura, eu saí quando eu fui para o IMESC. Eu fiquei na prefeitura até 1977, se não me engano, 1976 ou 1977, e daí eu fui para o IMESC. No IMESC, eu fiquei de 1977, quando eu entrei, até... acho que até 1985. Até 1985 ou 1986.

C.C. – Até passar para a USP.

B.H. – E você entra no Cedec também nesse momento.

S.A. – Quando eu...

C.C. – Teve uma transição entre o doutorado e entrar para USP, você está no Cedec.

S.A. – Teve uma pequena transição. E aí foi o seguinte: o Cedec tinha um grupo que pesquisava os temas de violência, que eu tinha trabalhado com a Maria Célia. Apesar de a minha tese não ter sido sobre isso, mas eu tinha trabalhado com a Maria Célia e participava de debates etc. E o Cedec tinha... Eram três, era o Boris Fausto, a Rosa Maria Fischer e a Maria Victoria Benevides, que trabalhavam esse tema de cidadania e violência. E, por uma conjuntura muito específica... A Maria Victoria precisou sair do projeto – era um projeto financiado pela Fundação Ford – e precisou sair o Boris, também. O Boris teve um problema de saúde e precisou sair. E a Rosa estava também. Ela estava entrando aqui na USP, então também estava num período meio de transição. Aí o Cedec me chamou. Eu acho que era o Weffort, o presidente, e o Weffort e o Lucio me convidaram para eu assumir esse projeto. Aí eu fui. Só que eu estava entrando. Eu conhecia o Cedec, mas... Aí eu resolvi insistir que a Rosa Fischer ficasse trabalhando junto. E aí nós trabalhamos juntos de... Acho que foi de 1983, 1984 até... Acho que até 1988, se não me engano. Acho que foi mais ou menos isso. E aí eu e a Rosa trabalhamos juntos, terminamos o projeto que tinha sido começado e depois fizemos um outro, fizemos um estudo sobre as políticas públicas penitenciárias de 1950 até 1985, e de lá a gente teve uma grande amizade. A gente não se encontra tanto, mas toda vez que eu encontro com a Rosa é ótimo. Foi um momento muito bom. A Rosa tinha um estilo diferente de trabalhar, então também aprendi um estilo muito... um estilo mais direto, mais... Não tinha grandes... A

linguagem era menos... Mas a Rosa tinha sido do Cebrap, então, também... Então, eu peguei aquela fase. Eu peguei uma fase que, também, se for pegando a cronologia, foi o período que a Maria Victoria publicou aquele livro sobre a polícia, polícia e segurança, eu não lembro exatamente o nome do livro – acho que é *Polícia*... Ela publicou um livro que era uma discussão sobre a violência policial; a Rosa Fischer publicou o livro que era sobre *O direito da população à segurança*; e o Boris Fausto estava publicando o *Crime e cotidiano*. Então eu peguei uma fase boa. Eu peguei uma fase muito boa no Cedec e que me ajudou a formar, também. Tive um papel... Aí eu participava de vários seminários; tinha, vamos dizer, uma relação muito próxima com vários outros pesquisadores, sobretudo com... – que era mais ou menos da minha geração –, o Pedro Jacobi, que está aqui na Faculdade de Educação. Tinham vários pesquisadores, naquela época. A Amélia Cohn estava lá, também. Então o diálogo foi muito bom.

B.H. – Em termos de estudar presídio, sistema carcerário, você um pouco retoma aquilo que você havia feito na graduação, mas com um intervalo de 15 anos.

S.A. – Exatamente.

B.H. – Tinha uma outra realidade?

S.A. – Porque é o seguinte, esse tema era um tema muito pautado pelos acontecimentos, quer dizer, o crescimento da violência urbana, a violência policial, sobretudo, e a violência da polícia nas prisões. Então, esse tema foi... Quer dizer, nós fomos nos interessando pelo tema a partir do momento que as questões estavam aparecendo, as questões estavam virando questões palpitantes, etc. Então, nós fomos, de algum modo ou outro, nós fomos acompanhando um pouco esses desdobramentos. Depois, lá no Cedec, eu comecei a me interessar por uma coisa que na época, ainda hoje, mas na época era muito pouco estudada, que era o papel da justiça criminal. Então, comecei a estudar os tribunais, os primeiros estudos que eu comecei a fazer. Daí a Rosa já não estava, eu estava mais sozinho, aí eu trabalhei com uma outra pesquisadora, que talvez vocês conheçam, que hoje é professora do Departamento de Antropologia, que é a Ana Lúcia Pastore. A Ana Lúcia foi minha auxiliar de pesquisa em um projeto lá no Poder Judiciário, o tribunal do júri, e foi muito divertido, discutimos muito e aprendemos muito. Era muito engraçado porque, como ela tinha uma inclinação para Antropologia, e eu, para

Sociologia, então tinha hora que a gente tinha discussões incríveis. Então, eu me lembro uma vez que nós estávamos discutindo o modo de organizar os dados do processo e ela disse assim: “Não, não. Vamos descrever *de-ta-lha-da-mente* cada um desses fatos. Não vamos, assim, organizar, classificar...”. Eu falei para ela: “A antropóloga aqui é você, mas essa pesquisa é coordenada por um sociólogo, e sociólogo gosta de classificações”. Então, tudo bem. Quando chegou no final, ela estava exausta com a pesquisa, eu também estava, porque coletamos os dados todos, aí nós tínhamos que classificar as ocupações que os presos diziam, então, eu falei para ela assim: “Vamos descrever uma por uma”. E depois ela falou assim: “Ah, não, não. Vamos começar a agrupar porque... É melhor, para facilitar a análise”. Eu falei assim: “Agora o antropólogo sou eu”, falei para ela, “e você virou socióloga?!”. [riso] Então, era muito engraçado. Eu aprendi muito com ela. Foi muito gratificante, ter trabalhado. E, depois daquele momento, processo penal e justiça criminal virou um tema... Até hoje eu continuo trabalhando nesse tema.

[FINAL DO ARQUIVO I]

B.H. – Acho que o Misse também já estava...

S.A. – O Misse tinha, mas o livro do Misse, na época, que era aquele *O social pela culatra*, se não me engano...

B.H. – Isso.

S.A. – ...ele circulava menos. Depois o Misse, quando ele volta, mais recentemente, há uns dez anos, aí consolidou tudo que ele vinha pesquisando anos e anos e anos. Agora, tinha isso; tinha... Bom, teve a grande pesquisa do Edmundo Campos e do Paixão sobre o sistema penitenciário no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, que teve um impacto... O Paixão teve um impacto muito grande na área. E, claro, o Paulo Sérgio também, com o tema da violência política, violência e direitos humanos, também era uma referência. Esses foram os marcos. Acho que esses foram os marcos. Eles foram absolutamente empreendedores, porque começaram a colocar... É claro que teve várias coisas... Eu e o César Barreira, naquela

reconstrução, a gente faz uma série... Quer dizer, além disso tudo, teve os seminários: teve um seminário desse na Unicamp...

C.C. – A Julita Lemgruber também fez o mestrado sobre penitenciária.

S.A. – A Julita também. Teve duas pessoas do Rio importantes: a Julita...

C.C. – Quer dizer, ela trabalhou no Desipe, foi...

S.A. – Mas a Julita fez aquele livro dela que se chama... A minha memória está ficando ruim. *Cemitério dos vivos*?

C.C. – *Cemitério dos vivos*, eu acho.

B.H. – *Cemitério dos vivos*.

S.A. – *Cemitério dos vivos*, exatamente. O livro *Cemitério dos vivos* foi muito importante. E outra pessoa que fez um bom trabalho na época e que também tinha uma boa repercussão era a Yolanda Catão, que, durante muitos anos, foi... Ela fez com a Ruth Cardoso, trabalhou também sobre mulheres prisioneiras no Rio de Janeiro e ela ficou um tempo no IBGE, a Yolanda. Foi ela que organizou toda a área de dados de segurança do IBGE. A Yolanda circulava bastante. Também era bastante conhecida. Acho que eram essas as referências. Teve dois ou três seminários muito importantes: inicialmente, teve o seminário... Então, teve o seminário do Paulo Sérgio Pinheiro; teve o seminário na Fundação João Pinheiro, que também discutiu... Foi lá que eu ouvi a Alba Zaluar, o Paixão, quer dizer, foram os nomes mais importantes. Eu acho que o Beato também participou, naquela época. O Beato era mais jovem, mas ele participou, naquela época. Teve um seminário na Casa de Rui Barbosa, que também teve uma participação extremamente importante – o Bretas participou...

C.C. – Marcos Bretas.

S.A. – Ele participou e ele organizou, também. E depois, mais tarde, teve o seminário do Cebrap, muito importante, que era coordenado pelo Vinícius Caldeira Brant, que tinham feito uma pesquisa no sistema penitenciário do estado de São Paulo, que gerou depois o

trabalho do Vinícius chamado *O trabalho encarcerado*. Então tinha esses marcos, esses marcos importantes.

C.C. – Olhando retrospectivamente – a gente está falando de uma produção que aflora, vamos dizer, há 25 anos atrás –, era porque se podia estudar mais livremente esses temas, pós-ditadura, transição? Ou era porque a transição trazia ainda todo esse passivo de direitos humanos?

S.A. – A minha opinião é mais nessa... Bom, em primeiro lugar, os fatos que foram mostrando.

C.C. – Era uma demanda reprimida ou era um problema que continuava?

S.A. – Eu acho que era demanda reprimida, no sentido, por exemplo... Por que não se estudou isso anteriormente? Eu acho que o tema começa a despertar, para os cientistas sociais, quando os esquadrões da morte, escandalosamente, começam a matar indiscriminadamente. Aí esse tema começou a incomodar. Claro, teve o crescimento da violência; o fato de que a mídia começa a ficar interessada nesse tema; e o fato de que começa uma disputa, quer dizer, aquela ideia de que durante a ditadura não tinha criminoso, que era uma mentira, mas...

C.C. – Quer dizer, agora também havia mais liberdade da mídia, que também expunha mais esses problemas e procurava mais intelectuais para explicar.

S.A. – Exatamente.

C.C. – Tinha um certo...

S.A. – Tinha. Agora, o que eu acho é que a gente sabia muito pouco, então, vamos dizer, era um campo aberto à investigação, que é um pouco o que eu e o César tentamos explicar naquele texto, e que foi uma era de muitos ensaios. A gente levantou hipótese, hipótese, mas nenhuma delas a gente podia comprovar, porque não tinha uma coleção de estudos empíricos ou de dados empíricos que permitisse fazer a análise que a gente faz hoje. Era um negócio... Agora, eu acho que a conjuntura... E a coisa que o Paulo Sérgio sempre insistiu e que eu estou

inteiramente de acordo com ele, é que é o seguinte: quando nós estávamos, vamos dizer, nas portas de fazer a transição da ditadura para a democracia, era uma grande expectativa que a democracia ia pacificar internamente o país. Quer dizer, tudo que nós reputávamos de mau, o Estado autoritário, a perseguição, etc, etc, ia ser resolvido. Bom, e o que aconteceu? No período de transição e, depois, no período de consolidação, você tem o crescimento da violência e essas mortes incontáveis e a polícia cada vez mais violenta e cada vez mais exigindo caução para os seus atos, e a população, temerosa, começou a dar caução, criou aquele debate entre defensores de bandidos e não defensores de bandidos, quer dizer, mobilizaram aquilo com um certo, quer dizer, os setores conservadores mobilizaram isso. E aí começaram a discutir o quê? As heranças autoritárias. Quer dizer, começou a descobrir que não havia sido feita, aqui, uma ruptura de fato; que, do ponto de vista do aparelho de repressão, as mesmas pessoas que estavam na ditadura continuavam, agora, no regime civil, vamos dizer assim. Então, isso teve. A outra coisa que também se avaliou muito era o fato de que os intelectuais brasileiros nunca deram muita atenção ao fato de que sempre se torturou trabalhadores urbanos de baixa renda moradores de periferia, e que isso não era um problema; o problema era a classe operária, não é isso? Quer dizer, quando você termina a ditadura e você começa a ver que a tortura continua e que os torturáveis não eram mais os jovens de classe média, mas eram justamente aqueles que, historicamente, sempre tinham sido objetos da tortura, começaram a descobrir... “Bom, o problema não é só o Estado autoritário; tem uma coisa...”

C.C. – Mesmo antes da luta armada e antes...

S.A. – É. E tem uma coisa... Vamos dizer, tem um autoritarismo social na sociedade. Então, eu acho que tudo isso... Eu entendo que essas foram questões. E, claro, quando você começa a ver massas de moradores, nos bairros onde estavam concentrados, fundamentalmente, trabalhadores de baixa renda, entrando nas chamadas atividades ilegais, associadas ou não com o tráfico ou com roubos, bom, isso começa a criar uma sensação de muita insegurança. Então os cientistas, eu acho que também estão preocupados em entender o que estava de fato acontecendo e, principalmente, procuram entender por que a democracia não estava conseguindo pacificar internamente a sociedade. E era uma coisa... Claro que havia muita... Por falta de conhecimento acumulado, a gente cometeu também muita, vamos dizer, formulou muitas hipóteses de uma maneira muito precoce, que depois se revelaram... A coisa

não era tão simples assim. Havia uma herança autoritária? Havia. Mas só a herança autoritária não explicava isto.

C.C. – Não explicava tudo. Você citou uma série de trabalhos acadêmicos – teses de mestrado e doutorado, em sua maioria –, mas também havia, a par disso, através da Igreja Católica, as Pastorais e ONGs, internacionais ou brasileiras, muito militantes e ativistas. Eu não sei se você veria hoje esse momento, quer dizer, essas coisas nasceram mais ou menos juntas, a preocupação intelectual e o ativismo político? Ou você vê duas fases, como problema intelectual é um momento, que depois se transforma também em ativismo político? Porque são duas interpretações possíveis.

S.A. – Há um problema de pesquisa aqui que precisa ser resolvido, porque nós não sabemos exatamente, até hoje, quer dizer, já tem pesquisador aqui na Ciência Política que está fazendo isso; eu tenho um orientando meu que está trabalhando um pouco essa coisa mais de quando é que o tema de fato entra na pauta política acadêmica. Porque eu acho que têm duas coisas. De fato, o papel das ONGs foi muito importante. Mas elas estavam, na verdade... Elas eram anteriores. Elas estavam lutando pela redemocratização do país. E aí o que acontece? Você começa a fazer a transição e começa a ver que a polícia continuava tão violenta quanto era antes. Então, você começa também a ter novas ONGs, que começam daí a discutir a questão mais dessa criminalidade urbana e dos modos de contenção da violência. Então eles tiveram um papel muito importante – é claro que associado à Igreja, associado com a universidade. Depois, os partidos mais comprometidos com a redemocratização começam, de alguma maneira... Não incorporam isso como programa partidário, mas, de alguma maneira, têm que lidar com essa... Dar uma resposta. Então eu acho que, seguramente, você tem toda a razão que essa... Tenho claro, muito claro isto. O que nós não sabemos, que eu acho que é esta que é a questão, é se esses movimentos que começam a defender direitos daqueles que eram vítimas potenciais do arbítrio policial, se eles nascem da mesma raiz dos movimentos sociais e dos novos movimentos sociais ou se eles são um ramo à parte que tenha raízes diferentes. Eu acho que a gente não pode ignorar que as atividades filantrópicas das Igrejas sempre tiveram esse papel aqui, e sobretudo são entidades que são... Muitas entidades eram estrangeiras: italianos, suíços, franceses que vêm para o Brasil no final do século XIX e no século XX com a preocupação de desenvolver uma coisa chamada socialismo filantrópico. Que era o quê? Era você dar guarida aos mais pobres para evitar que

eles bandeassem para o socialismo. Quer dizer, era a ideia de você criar uma espécie de uma proteção. Então você sempre teve um braço dessa filantropia que foi sempre muito voltada para dar guarida aos pobres. Quando eles começam a descobrir que pobre também era vítima da truculência policial, isso aí gera uma outra natureza de preocupações. Então eu acho que tem uma história aí que não pode ser ignorada. Agora, eu acho que tem muita coisa nova. E aí você tocou num tempo importante. Quer dizer, na transição democrática houve muitas denúncias contra a ditadura brasileira, de que torturava etc, etc, etc, então, foi se formando uma cultura de direitos humanos no Brasil. Essa cultura de direitos humanos se forma na luta contra o regime autoritário. E eu acho que foi desta luta que depois você transita para a proteção daqueles que continuavam vítimas da truculência policial. Então, acho que tem uma coisa aí que passa pelas entidades filantrópicas, mas também se associou com esse movimento mais internacional. Por exemplo, foi muito importante a política do Carter, para os direitos. Gostemos ou não do governo Carter, ele colocou isso na agenda política. Ele começou a dizer: “Olha, não dá para você fazer transição, se você não respeitar direitos humanos”. E isso tem uma história, e eu acho que foi no bojo dessa história que as coisas aconteceram. Ainda que você não possa estabelecer uma relação direta e mecânica entre uma coisa e outra, mas eu acho que esse processo foi muito importante.

C.C. – Você mencionou que as explicações, vamos dizer, mais gerais ou mecânicas estão associadas ao autoritarismo político, que gera essa sociedade com esses problemas, e aí tem uma transição e, enfim, pessoas que estavam na oposição que estavam exiladas voltam, a anistia e esse tipo de coisa. Você acha, por exemplo, que, em termos intelectuais, a microfísica do poder, de Foucault, e esse tipo de coisa passa a ser mais importante...

S.A. – É, também passou.

C.C. – ...como explicação?

S.A. – Teve, durante muito tempo, pelo menos no período de transição... Quer dizer, você tem que pensar o que era a esquerda que estava podendo se manifestar e se movimentar nesse período, aquela que não estava na clandestinidade e que não estava presa, ou seja, que estavam atreladas ao MDB e que, de alguma maneira, podiam ter um certo reconhecimento, uma fala com um certo reconhecimento. Era muito forte a associação entre capitalismo, pobreza e violência. Quer

dizer, isso, muitos de nós... E nós acreditamos. Quer dizer, enquanto o capitalismo não mudar, quer dizer, não tiver uma versão mais, vamos dizer, mais humanitária desse... No caso, humanitária não é bem a palavra. Se você não tiver mais justiça social, você não vai ter uma sociedade pacificada. Então, durante muito tempo, essa discussão pesou muito, e eram as grandes teses. Aí, depois, começamos a falar: “Não, mas o problema não é só esse; o problema é o autoritarismo”. Agora, por que essas questões apareceram? Porque não tinha uma pesquisa empírica que pudesse, de fato, avaliar o grau de explicação dessas teorias. Nós tínhamos, na verdade, era uma espécie de uma sensibilidade intelectual que permitia de alguma coisa... Agora, quando você começa a fazer pesquisa de campo, quer dizer, quando você começa a ter dados, começa a fazer trabalho com os dados, as coisas começam a mudar. Quer dizer, quando você começa a perceber que era um número muito pequeno de pobres que estava diretamente envolvido com a violência, quando você começa a perceber que a maioria, vamos dizer, dos trabalhadores submetidos ao capitalismo, na verdade, não eram envolvidos como sujeitos dessa violência, aí você começa a dizer: “Olha, talvez não seja bem assim. Talvez tenha que...”. Então começa um segundo momento, que eu acho que é o momento de acumulação de estudos, de estudos empíricos que vão retificar essas grandes teses. A Alba explica isso muito bem naquele ensaio dela, *Violência e crime*, que foi publicado pela Anpocs, naquela coletânea *O que ler nas ciências sociais*. E ela foi uma das principais responsáveis por balançar a tese de que pobreza explicava a violência. Então, eu acho que, no primeiro momento...

C.C. – Que era uma tese muito difundida não só na academia, mas na sociedade em geral.

S.A. – Exatamente.

B.H. – E a criação do NEV vem nesse contexto, da necessidade de criar dados e fazer pesquisa...?

C.C. – Pois é, o NEV é logo... Você entra em 1986 e ele é criado em 1987.

S.A. – Exatamente.

C.C. – Quer dizer, você já entrou...

S.A. – Eu já entrei...

C.C. – Como é que foi a entrada na USP e já...?

S.A. – Ah, como é que foi? Eu tinha entrado no departamento aqui... Eu conheci o Paulo Sérgio antes, do IMESC. No IMESC, eu editava uma publicação chamada *Temas IMESC*, e tinha um conselho editorial excelente – participava o Paulo Sérgio, a Ruth Cardoso, Teresa Caldeira, Lucio Kowarick... Era um luxo, aquele... Eu fazia, a cada três ou quatro meses, fazia uma reunião de conselho, geralmente aos sábados, que era quando todo mundo podia, e eram excelentes, as reuniões eram ótimas, tinham...

C.C. – O *sabadoye* paulista. Tinha o do Plínio Doyle, lá no Rio, literário, e aqui tinha o *sabadoye* sobre assuntos...

S.A. – Exatamente. A gente fazia esse tipo de coisa. Então, eu já conhecia o Paulo Sérgio. Quando eu cheguei, que eu fiz o concurso aqui, em 1966...

C.C. – Em 1986.

S.A. – Quando eu cheguei, o Paulo Sérgio já estava. E aí o que acontece? Aliás, este concurso foi em 1985, no final de 1985. Mas em 1986 eu já entrei para dar aula, em março de 1986. E o que aconteceu? Aí, aos poucos, o Paulo Sérgio me chamou e disse assim: “Olha, vamos abrir um Centro de Estudos de Direitos Humanos. A gente trabalha junto, etc.”. Eu me entusiasmei, claro, apesar de eu estar no Cedec, também. Eu não me desliguei imediatamente do Cedec.

C.C. – O tema era direitos humanos. Não era violência, a palavra chave.

S.A. – Era direitos humanos. Mas aí o Paulo Sérgio avaliou que, se nós abríssimos um Centro de Estudos de Direitos Humanos, nós teríamos que enfrentar a Faculdade de Direito. Porque a gente não sabia quais eram as reações. Então achei melhor Centro de Estudos da Violência. Pronto. Com isso a gente... E, desde o começo, o problema que foi se conformando

era o problema... Era o seguinte: o Brasil atravessa uma transição política, vai-se cada vez mais resolvendo ou, vamos dizer, superando o seu entulho autoritário, vai construindo instituições novas, a democracia vai iniciando o seu processo de consolidação; em compensação, a violência não... Então, parecia um contrassenso. Quer dizer, nós imaginávamos que, naquelas sociedades onde a democracia avançou, o crime e a violência estiveram sob controle, e por que é que aqui isso não estava acontecendo? Então, foi isso que construiu a necessidade de você ter um Núcleo de Estudos da Violência. E quando ele foi criado, ele foi criado com objetivos muito claros. O primeiro deles: ter um centro de documentação que reunisse estudos sobre direitos humanos, violência, democracia...

C.C. – Que é onde nós estamos, aqui.

S.A. – Em parte é. Porque muita coisa, hoje, é toda digitalizada.

C.C. – É digital, é claro.

S.A. – Então, aqui é uma parte de material, de documentos etc., mas a grande coisa são os bancos que estão digitalizados. A gente tem um banco aqui de graves violações de direitos humanos de 1980 até hoje, e está tudo digitalizado. Então, quando você quiser, lá você pega, aparece a matéria toda. Então, o que a gente queria? Formar um centro de documentação especializado; formar pesquisadores; um centro de debate; e, sobretudo, desenvolver pesquisas que pudessem de alguma maneira orientar o debate público, influenciar as políticas públicas e contribuir para o andamento da democracia. Então, desde o início, o Núcleo se colocou duas coisas: ter uma pesquisa realizada segundo os padrões acadêmicos científicos e traduzir esses resultados em políticas e diretrizes para o debate público e para as políticas públicas. Foi desde o começo que isso se colocou. Nós começamos na minha sala e na sala dele; depois a gente foi crescendo um pouquinho e aí a gente foi começando a ter sedes próprias. A história é basicamente essa.

C.C. – Mas comparando com o teu período anterior no IMESC, por exemplo, que você

lidava também com esses temas...

S.A. – É outra coisa.

C.C. – Seria menos ativista, nesse sentido de procurar soluções...?

S.A. – Lá, eu era menos ativista. Aqui tinha um caráter mais... Agora, lá era ainda uma pesquisa muito... Bom, era uma pesquisa, primeiro, muito monitorada pela superintendência, porque eles tinham muito medo de que você fizesse uma pesquisa contra o governo. Então, isso era um problema. A segunda coisa é que ainda era uma pesquisa muito limitada, porque eles se imaginavam fazer pesquisas em criminologia, embora eu... Eu não tinha esse perfil de criminólogo; o meu perfil era entender um pouco os fenômenos de uma perspectiva mais sociológica. Então quando eu vim para cá, a liberdade de... Quer dizer, quando nós fomos conversar com a Ford, a Ford nunca disse para nós o que ela gostaria que nós fizéssemos. Nós sempre chegamos para ela e dissemos: “Olha, nós temos este projeto aqui. Você tem interesse?”. E foi assim. Tanto que eu, nos anos todos que nós tivemos financiamento da Ford, eu não tive nenhuma queixa. A Ford nunca...

C.C. –Pautou as pesquisas.

S.A. – Nunca pautou. Ela sempre conversou muito. E a gente, claro, você vai meio descobrindo um pouco quais são... como é que ela está vendo os temas do momento etc. Mas eu tive muita liberdade de... E um dos trabalhos que eu fiz aqui, que foi num momento... Que foi aquele sobre o racismo e o Judiciário, que foi um financiamento que eles deram, foi um... Eu cheguei lá, eles acharam a ideia interessante e financiaram, e eu fiz e teve uma repercussão grande, o resultado da pesquisa. Então foi assim. É claro que o Núcleo, ao longo desse tempo todo, foi mudando, porque a gente foi não só se reorganizando internamente, mas fomos também profissionalizando pessoas.

C.C. – Em 1990 que ele virou um Núcleo de Apoio à Pesquisa da USP?

S.A. – Um NAP. É isso, exatamente.

C.C. – Isso dá mais autonomia e recursos institucionais?

S.A. – Exatamente. Nós optamos por um Núcleo de Apoio à Pesquisa junto à... Porque a gente queria não só ser da área de Ciências Sociais, mas também agregar de outras áreas, então, era melhor ficar...

C.C. – A possibilidade de ser interdisciplinar era tornar-se um NAP.

S.A. – Exatamente. Era muito maior do que se a gente estivesse só na Faculdade de Filosofia. Então, foi por causa disso que a gente optou por... Hoje, os centros e os núcleos são, vamos dizer, são avaliados pela Pró-Reitoria de Pesquisa, mas de alguma maneira, hoje eles estão vinculados às unidades, nas faculdades.

B.H. – E aí você volta a estudar os tribunais, aquele ponto de interesse familiar do direito.

S.A. – Eu voltei... Na verdade, durante esses anos, se houve um tema que eu acabei me especializando muito, é tentar entender, de um lado, a questão de como é que o Estado formula as suas políticas e executa as suas políticas públicas de segurança e justiça e, por outro lado, a questão do monopólio estatal da violência. Quer dizer, para mim, virou um problema de pesquisa até hoje, essa questão de tentar explicar por que não se generalizou aqui o monopólio estatal da violência; por que a sociedade brasileira conviveu sempre com formas não estatais de violência e por que o Estado nunca fez o esforço, num certo sentido, e nunca conseguiu, pelo menos – não dá para dizer que não fez esforço, mas, pelo menos, não conseguiu – o monopólio estatal. Então é isso. E eu falo isso porque eu pego não só a questão das forças policiais, mas também o modo como se aplicam as leis penais e o modo como se dão as disputas nos tribunais, etc. Então eu voltei a esse tema. Estou terminando uma pesquisa de onze anos sobre impunidade e, agora, estou mais na parte qualitativa dos processos, e acho que vou terminar até o ano... Até o começo do ano que vem está terminado.

C.C. – O NEV está completando 25 anos esse ano.

S.A. – 25 anos.

C.C. – E você mencionou... Bom, duas coisas que surgiram. Primeiro, você falou: “Hoje está muito mais profissionalizado”. Queria que você falasse um pouco dessa trajetória do Núcleo. E em segundo lugar, a questão da interdisciplinaridade, como é que isso, na prática, funcionou...

S.A. – Bom, por que está mais profissionalizado? Primeiro, porque você foi formando mais pessoas e foi titulando mais pessoas. Então, hoje, aqui, você tem meia dúzia de doutores com uma autonomia para fazer projetos, para ter os seus orientandos. Algumas pessoas estão aqui há 20 anos, quer dizer, têm bolsa, daí fazem projetos, então são pessoas que foram...

C.C. – Mas vocês têm obtido financiamentos regulares, também, não é?

S.A. – Temos financiamentos regulares: da Fapesp, do CNPq... Então, isso também... Quer dizer, o fato de a gente ter estado nesse programa da Fapesp, o Cepid, que é um programa de..., é um centro de excelência – eles financiaram 12 anos –, é uma garantia. Porque o que eles financiaram? Eles financiaram toda a infraestrutura de pesquisa e a pesquisa em si: a coleta de dados, armazenamento dos dados, tudo isso eles financiaram. Você ter isso durante 11 anos não é algo de menor importância. O Núcleo tem sempre que levar em consideração que este financiamento continuado assegurou essa existência. Então acho que isso é da maior importância.

C.C. – O Cepid continua o financiamento?

S.A. – Nós estamos aguardando. Vai sair o resultado agora, dia 13 de julho.

C.C. – Para renovar.

S.A. – Então, estamos na expectativa. Nós dependemos, porque tem uma avaliação internacional, então não é uma coisa tão simples. São projetos muito... Você veja, quando eu falo em profissionalização... Por exemplo, hoje, quando você faz um projeto deste aqui dentro, você delega muitas atividades, então, por exemplo, um vai cuidar de todos os *curriculas*, então vai lá ver se está tudo atualizado, com essas informações, etc, etc; outro vai recolher os dados, por exemplo, de toda a transferência de conhecimento que o Núcleo fez nos últimos cinco anos, então, tem que lá já estar tudo documentado etc; os outros vão...

C.C. – O que eles chamam orçamento, prestação...

S.A. – Exatamente. Então, hoje, por exemplo, eu coordeno essas atividades – invariavelmente, eu sento e elaboro as justificativas, elaboro alguma parte mais teórica do texto, alguma coisa dessa natureza –, mas eu não escrevo mais todo o projeto. Isso aqui é uma criação de fato coletiva, muito discutido, muito debatido. Claro que, como toda instituição, gera muita tensão: puxar para cá, puxar para lá, fazer isso aqui, fazer... Então, tem muito essa... A gente teve que, aqui, pensar institucionalmente. Porque você tem sempre que pensar que têm que ser projetos que têm que ter uma unidade, então o foco central tem que ser sempre o mesmo, e daí você tem que explicar como é que os outros projetos se articulam. Então, eu digo para você que, sem uma profissionalização, é muito difícil a gente ter avançado. O grande drama é quando você perde pesquisador. Isso acontece com toda instituição. Embora eu sei que, hoje, a gente perdeu, mas perdeu para coisas muito nobres: é gente que está indo para os órgãos em posições diretivas, de coordenação; que foi para a universidade...

C.C. – A Glenda foi para a Fapesp?

S.A. – A Glenda foi para a Fapesp.

C.C. – Eu fui da banca dela.

S.A. – Ah, você foi da banca dela?

C.C. – Fui.

S.A. – Ela estava, inicialmente, com uma bolsa de pós-doc da Fapesp na Unicamp; depois ela foi, vamos dizer assim, recrutada para... Ela tem um papel muito importante, hoje, na coordenação da Área de Ciências Sociais da Fapesp. Tem muita gente: o Oscar Vilhena, que está na Fundação Getulio Vargas, em São Paulo...

C.C. – Na Escola de Direito.

S.A. – ...vários que estão em outras universidades; o Renato Sérgio de Lima, que está no Fórum Brasileiro de Segurança; a Jacqueline Sinhoretto, que está na UFSCar, em São

Carlos... Então, isso também faz parte. A gente sente, muitas vezes. Toda instituição... É que nem família, muitas vezes: tem uma hora que você tem que se desgarrar, porque o desgaste vai... As pessoas... Claro, aqui tem uma coisa que é boa, mas que... Chega um dado momento, você não tem um espaço para projetos individuais, porque a pressão maior é de você ter projetos grandes, projetos coletivos. Então, isso gera sempre um grau de tensão. Agora, a interdisciplinaridade, isto é um...

C.C. – No caso, psicólogos, sociólogos, antropólogos, pessoas do Direito...

S.A. – É isso, exatamente. Isto foi um grande aprendizado. É muito difícil. Até hoje não é muito fácil. Não vou dizer para você que... Agora, nós aprendemos a trabalhar em conjunto assim: nós chegamos à conclusão que o Núcleo não teria sucesso – sucesso que eu digo, assim, sobrevivência – se nós fôssemos uma mera federação de projetos, ou seja, o grupo do professor Sergio, o grupo da Nancy, o grupo... Aí não dá certo, porque chega uma hora, vira uma disputa interna por recursos. Eu vivi experiências dessas em outros centros: chega uma hora, um projeto fica deficitário e o outro que tem dinheiro precisa cobrir o que está deficitário e vira um caos. E nós descobrimos que tínhamos que ter um eixo efetivamente comum. Eu estou fazendo uma pesquisa sobre impunidade, mas a minha pesquisa sobre impunidade tem que fornecer insumos para responder a pergunta sobre a qualidade da democracia e o controle da violência. Eu não posso simplesmente fazer o meu e agora... Não. Então, ele tem um vaso comunicante. Então, sei lá, o pessoal que está fazendo a pesquisa sobre os homicídios tem que de alguma maneira fornecer os elementos para explicar como uma democracia sobrevive com taxas x ou y de violência. Então, a gente foi criando isso. Agora, para fazer isto, a gente teve que fazer muitos exercícios comuns, muitos seminários comuns, para aprender a escutar o outro, e, sobretudo, criar um repertório comum – por exemplo, o entendimento comum de o que é direitos humanos; o entendimento comum de o que é democracia. Porque, se você não tem esse trabalho, aí realmente vira uma federação. Não é um trabalho fácil, é um trabalho desgastante etc., gera, muitas vezes, atritos, tensões, porque um puxa mais para um lado e outro puxa do outro, mas a gente aprendeu. Por exemplo, eu sento com os outros e escuto, ouço. Algumas coisas gosto menos, outras coisas gosto mais, etc. Mas é assim que a gente um pouco funciona. E o exercício, hoje, é de pensar essas questões como questões mesmo transversais, e não

necessariamente você ter o primado da Sociologia, ou da Ciência Política, ou da Antropologia. A gente tem que de alguma maneira fazer o exercício de pensar em conjunto.

B.H. – E dos alunos, eu imagino que tenha uma demanda pelo tema da violência e, ao mesmo tempo, os problemas de...

S.A. – Tem. Tem muita. Aí varia sempre um pouco assim... A gente tem um *turnover* de estudantes, muitas vezes, grande. Por quê? Algumas vezes, o aluno vem para cá e começa a fazer um projeto e se entusiasma, e aí entra de cabeça e faz, e faz aqui e vai para lá e trabalha, e fica uma coisa emocionante, ele gosta do que faz. Agora, têm vezes que o aluno chega aqui e não era aquilo que ele queria fazer, porque ele queria fazer *o projeto dele* e ele chega aqui e *o projeto dele* não tem repercussão, então, ele... A gente tem uma coisa aqui que a gente, agora, provavelmente vai encerrar como está e trabalhar, que é esse banco de dados de mais de 30 anos de notícias sobre graves violações de direitos humanos. A gente tem que, periodicamente, parar e fazer análises, porque senão a gente vira um armazenador de dados. Então, quando você está em período de análise, as coisas ficam mais emocionantes. Agora, quando você tem que ficar recortando, lendo, passando numa ficha, digitalizando, aí se você pega um pesquisador que trabalha, precisa, gosta, etc., ele vem, faz, etc., etc.; se você tem uma pessoa que não... ela vai embora, porque ela não vai ter paciência. E tem um outro detalhe que alguns reclamam, por exemplo, aqui é um centro e o funcionamento é regular, das oito às cinco da tarde, e a gente sempre está aqui às oito, abre às oito, mas, em geral, até seis e meia a gente acaba estando aqui dentro. Então, eu venho todo dia. Quer dizer, é um laboratório, então, não é uma coisa assim: alguns vêm uns dias, outros não vêm, etc. Quando não vem, é porque está em campo, mas a gente está sempre monitorando.

C.C. – Todo dia, o dia todo.

S.A. – Todo dia, o dia todo. Então, isso também muda um pouco... Claro, pode ter um lado meio...

mas, por outro lado, você tem uma certa regularidade de trabalho.

C.C. – Agora, em termos de espaço de pesquisa, ele é um espaço mais desindividualizador, em termos de pesquisas. Tem a minha pesquisa que eu quero desenvolver no Núcleo. Chega aqui e vira mais uma...

S.A. – Não impede de você ter. Não impede. A gente já teve muito essa experiência ,etc. Nada impede. Por exemplo, os pesquisadores, eles vêm... Agora, é mais difícil. Por exemplo, eu estou com o meu livro lá parado, porque eu estou sempre privilegiando as respostas que eu tenho que dar aqui, do que me ocupar do meu livro. Então, a gente tem um pouco essa questão. Agora, não impede. Agora, se você quer fazer uma carreira solo, de fato, aí acaba sendo difícil porque, você pode até ter uma carreira solo, mas no que essa carreira solo contribui de fato para responder perguntas, vamos dizer, de maior eixo e envergadura aqui? Então, tem um lado que eu diria que para muitos é um pouco frustrante. Agora, o resultado, eu acho que o resultado é razoável. Eu acho que é razoável. Agora, é claro que, muitas vezes, eu também estou querendo fazer várias coisas e tenho que me limitar.

C.C. – Em termos da sua carreira – vou abrir um parêntese –, para além do trabalho de professor e pesquisador aqui no Núcleo, você também se envolveu com várias associações: a SBS, que foi presidente de 1991 a 1995; secretário executivo da Anpocs; e agora, mais recentemente, da Associação Nacional de Direitos Humanos. Como é que você, por um lado, consegue tempo para fazer essas coisas? E de outro, como é que isso...?

S.A. – A da Associação Nacional de Direitos Humanos já terminou. Com o que eu estou agora? Eu fui coordenador da Área de Sociologia da Capes. Depois que eu saí da Capes, que eu achei que meu mundo ia virar um paraíso...

C.C. – Ah! A ISA também. Esqueci.

S.A. – Teve a ISA, teve...

C.C. – Vice-presidente da ISA.

S.A. – Vice-presidente do **GT** do *Research Committee*, o *Deviance and Society*. O que aconteceu? Eu saí da coordenação da Capes e aí a universidade me cooptou. Então, o que

aconteceu? Eu virei... Já há muito tempo que eu tenho estado representante na congregação da faculdade. A Faculdade de Filosofia, não sei se vocês sabem, mas é uma faculdade com 14.500 alunos, mais ou menos uns 600 professores e mais ou menos 1.100 funcionários, e são 11 departamentos e 27 programas de pós-graduação, e tem uma Congregação, e essa Congregação, você tem representantes de categorias e os representantes departamentais, e eu sou, hoje, o representante dos professores titulares. Bom, aí a Congregação me escolheu para ser o representante da Congregação no Conselho Universitário. E, no Conselho Universitário, eu estou numa comissão que é uma comissão muito importante, chamada Comissão de Legislação e Recursos. Então esse triangulzinho aqui me toma um tempo imenso. E eu ainda estou na Cátedra Unesco de Direitos Humanos e estou na presidência da revista da USP, a *Revista USP*. Bom, não sei se eu devo contar isso aqui, e vou sair candidato a diretor da faculdade. Vou sair candidato. Não quer dizer que eu serei candidato, porque aí tem disputa, essa coisa toda. Como é que eu consigo? É difícil. Vou dizer a verdade para você: eu estou meio convencido, conversando com vários colegas meus, que isso é uma evolução da carreira. Eu não vou dizer para você que eu tenho grande paixão por isso. Não tenho paixão pelo poder. Mas, durante esse tempo todo, eu fui aprendendo a lidar com as adversidades, a tentar resolver os problemas com, vamos dizer, com os conflitos dentro de alguma expectativa de convivência possível. Agora, me toma tempo. E hoje, por exemplo, o que eu mais ressinto é que tudo que eu tenho que fazer novo, em termos de pesquisa, é fragmentado, totalmente fragmentado. Então, eu tenho que fazer de madrugada. Eu ainda tenho que fazer assim: levantar às cinco horas da manhã. Daí eu sei que eu vou das cinco às oito, etc. Só que uma coisa é você fazer isso aos 30 anos e outra coisa é você fazer isso aos 60.

[INTERRUPÇÃO EXTERNA]

C.C. – Os prazos fatais.

S.A. – É. A dívida não termina. Então, fiquei quatro fins de semana direto, das oito da manhã até sete, oito e, algumas vezes, até onze horas da noite trabalhando. Estou tentando pôr em dia os textos que estavam parados. E teve um deles que foi frustrante. Eu trabalhei quatro fins de semana e, quando terminei, era uma sensação de que... Muito satisfeito. Mandei e disse:

“Olha, se vocês acharem que não está bom e recusarem, eu não vou ficar triste porque eu estou feliz”. Então, têm esses momentos. Eu tive momentos que eu fiz coisas que eu... Sabe, eu estava escrevendo. Então, eu vinha para cá fazer as coisas, assinar papel etc., mas a minha cabeça estava em casa lá, que eu estava escrevendo, juntando coisas, etc. Então, eu faço, e procuro fazer bem. Claro, o Núcleo aqui tem uma enorme infraestrutura que me ajuda. A funcionária que recebeu vocês é excepcional, é de uma competência... Então, isso eu faço, mas não é uma atividade... De vez em quando eu entro um pouco em depressão. E a minha colega Arinaci, que é uma psicóloga social, um dia ela me explicou uma coisa que eu acho que entendi, mas, de fato, não resolvo. Ela disse assim: “É lógico que você tem que ter uma tensão. Nessas atividades de representação e de coordenação, o que exige de você é o respeito à regra burocrática, é a rotina. Na investigação, o que exige de você é romper a rotina, porque você tem que ser inovador, tem que pensar. Você está com duas forças totalmente contrárias. Você está vivendo essa tensão de ter que ser... Você tem que regulamentar, observar, fazer a rotina, e de outro lado, querer...”. Então, têm dias que eu estou trabalhando em casa e eu não quero parar; eu quero continuar escrevendo. Só que daí eu não posso. Então tem. Não é tranquilo. Eu faço. Externamente, a sensação... Eu falo: “Nossa!”. Mas não é uma coisa que eu diga para você que está bem resolvido. Se acontecer de eu vir a ser o diretor da faculdade, eu vou ter que mudar completamente meu estilo de vida. Eu vou ter que ter uma disciplina diferente, e estou dizendo que é disciplina de consultório: de manhã cedo, vou estar aqui – vou ter que chegar mais cedo – e vou ficar aqui até a hora do almoço e, depois do almoço, vou... A ideia é um pouco essa. Mas vai ter um custo pessoal, porque eu vou ter que... Várias coisas que eu faço que eu adoro, participar de banca etc, vou ter que...

C.C. – Prejudicar, não é?

B.H. – Imagino também que você tenha demanda dos meios de comunicação, do tema da violência, que está pulsando, todo dia tem...

S.A. – Isso tem. Têm horas que você precisa pedir... A gente está com um assessor aqui que é ótimo, mas ele quer que você fique à disposição. Se você ficar à disposição, resolve o problema dele. Quando precisa ele...

C.C. – Sim, com a imprensa.

S.A. – Certo. Por exemplo, agora está havendo esses ataques do PCC. Eu tenho uma pequena pesquisa sobre o PCC, mas eu orientei uma tese, que foi defendida ano passado, de uma menina *excelente*, etc. que eu estou agora... Ela está na UFABC, e eu estou vendo se eu a trago também próximo aqui, porque eu quero que ela responda essas questões, porque eu não tenho condições de ficar... Não consigo acompanhar tudo. Então incomoda. Então, tem essa história toda. Todas essas redes ligam, etc. E não dar resposta também é complicado.

C.C. – “Mas tem um núcleo de estudos sobre a violência e não tem o que falar sobre isto?!”

S.A. – Exatamente.

C.C. – A gente vê um pouco, também. No CPDOC tem isso. [Aconteceu um fato], “alguém tem que falar...”.

S.A. – Exatamente.

C.C. – “Mas alguém tem que falar sobre relações internacionais no governo Vargas.” “Mas não tem ninguém agora aqui.” Você tem que dar uma resposta institucional, não é?

S.A. – Eu hoje entendi um pouco isto. É o fato de que as redações mudaram muito. Quer dizer, um jornalista chega numa redação, ele recebe três pautas: ele tem que cobrir o casamento da atriz não sei o quê, ele tem que resolver o problema do PCC nas prisões e tem que discutir as novas dietas alimentares. Quer dizer, ele não tem condições de ler tudo que...

C.C. – Geralmente, ele não tem tempo também de preparar nada. Ele chega e você vai ter que explicar tudo.

S.A. – É você que vai pautar. Várias vezes, eu pergunto: “O que você vai falar?”. “Ah, eu estava pensando...”. Eu falo: “Não, vamos organizar porque organiza meu raciocínio”. Você aprende também a... Então, isso é a questão da imprensa. A gente tem uma relação importante. A gente aprendeu que esse espaço é um espaço para ser apropriado, porque, se você não coloca

uma pauta mínima, as pautas que vão aparecer são as mais... Então, a gente sempre acha muito importante e não tem coisa. Agora, é demais. Têm horas que você fica... E fora que você tem uma parte do jornalismo que, na verdade, eles querem que você fale aquilo que eles querem colocar. Então quando é feita a edição final, você fica... Dá a impressão que eu estou pensando exatamente, quando não é isso exatamente. Então, têm uns problemas assim. Mas é importante. Acho que é importante.

S.A. – Portugal, eu tive muito contato, vamos dizer, mais no começo do Núcleo, porque eu ia muito ao CES, ao Centro de Estudos Sociais, fiz muitos amigos lá, e ao Instituto de Ciências Sociais de Lisboa. Então, vários portugueses que circulam muito agora aqui pelo Brasil, eu conheço vários deles e tenho uma relação de amizade e tudo. E tivemos mais trabalhos conjuntos no começo. Depois eles também foram mudando um pouco as questões deles, nós também fomos enveredando por outros caminhos, então a gente tem feito menos contatos. Mas, por exemplo, o pessoal lá do CES.

C.C. – CES de Coimbra?

S.A. – De Coimbra.

C.C. – O Boaventura?

S.A. – Eu tinha bastante contato com o Boaventura. Inclusive participei daquele grande projeto dele de estudo das políticas públicas, dos movimentos sociais, aquele que gerou os vários... E eu, junto com um pesquisador do CES, escrevi um texto comparando as políticas de drogas em Portugal e no Brasil. Fui várias vezes, também, através do... Tinha um acordo de pesquisa com o Jnict, naquela época, que era uma espécie de Conselho Nacional de Pesquisa de lá, com aqui o CNPq, e a gente fez coisas juntos, fez programas de vindas e idas de pesquisadores, etc. Com Moçambique, a gente teve um projeto na área de saúde coletiva, envolvendo questões de homicídio, e aí era um programa de visita e de orientação que a gente desenvolveu com eles. E eu acabei de orientar uma dissertação de um moçambicano, sobre a questão de assaltos à mão armada em Moçambique. Então, tem um certo relacionamento, mas não é muito grande. A gente tem um relacionamento aqui – eu particularmente – com França.

C.C. – Onde você fez o pós-doutorado, não é?

S.A. – Fiz o pós-doutorado. Fiz o pós-doutorado no Cesdip, que é o Centro de Estudos de Sociologia e Instituições Penais. Mas depois tive muito contato, também, com o Cadis. Lá, sob a orientação do [INAUDÍVEL], com coordenação do Michel Wieviorka. Também tivemos acordos Capes-Cofecub com eles, fizemos trabalhos em conjunto; depois eu fiz um seminário, trouxe; depois organizamos um número especial da revista *Tempo Social* sobre as questões de polícia e segurança. Também tive um contato muito grande com Toulouse, com a Angelina Peralva, também tivemos. Participei de projetos de Capes-Cofecub com ela. Agora, outra parte é muito com os Estados Unidos e Canadá, que tem a ver muito com o Paulo Sérgio e vários, enfim, pesquisadores que nós fomos conhecendo. Agora estamos com esse grande projeto, que, se sair, é uma rede internacional e que daí envolve Estados Unidos, México, Colômbia e Equador, África do Sul e Índia. Então aí é um projeto mais de uma rede internacional, mesmo. Com o tema de violência, evidentemente, mas aí tentando estudar questões de localidades e fronteiras, temas dessa natureza. Mas língua portuguesa, oficialmente, a gente tem pouca, quer dizer, não tenho tanto contato como eu tive antes.

C.C. – Essa, vamos dizer, internacionalização das redes que você está mencionando, embora agora possa aumentar, com esse projeto que você mencionou, você acha que ele tem potencial de mudar a forma de encarar essas questões? Porque até então está se estudando uma questão basicamente nacional: um Estado autoritário no Brasil, que tem a ver com uma conjuntura política que mudou. Mas aí mudou, tem uma tradição autoritária no país. Quando se coloca isso no contexto internacional, que tipo de mudanças isso pode trazer?

S.A. – No contexto internacional, quando você vai, por exemplo... Guardadas as diferenças, por exemplo, você tem muitas semelhanças de polícia no México e na África do Sul.

C.C. – Eu ia mencionar exatamente esses dois casos, porque são coisas muito...

S.A. – São muito comparáveis.

C.C. – Comparáveis e, atualmente, muito dramáticas.

S.A. – Muito dramáticas. É exatamente isso.

C.C. – As pessoas falando de experiências no México...

S.A. – O que eu acho que é importante nessas redes? De um lado, é desenvolver a pesquisa comparativa. Porque a pesquisa comparativa, no meu entender, ela aguça a sua sensibilidade para entender problemas locais que você não está observando. Então, por exemplo, estudos de fronteira. Nós estamos fazendo estudos de fronteira. Agora, os nossos estudos de fronteira são muito em fronteira, vamos dizer, internacional. Bom, mas nós agora estamos descobrindo, por estudos com outros países, as fronteiras internas, e internas, assim, mesmo território: como é que as populações circulam com restrições, por exemplo, em bairros e numa mesma região metropolitana. Então, isso foi aguçado pelas experiências internacionais. Então eu acho que, por um lado, tem essa questão comparativa; por outro, eu acho que, na questão da violência, por exemplo, hoje, eu acho que a gente tem muito para ensinar para outros... Eu, por exemplo, acho que tem... Em alguns países, ainda a ideia de pensar a violência é muito a violência no sentido criminológico, é o crime e as modalidades, os tipos de criminosos, etc. E o que a gente vê hoje...

C.C. – A criminologia é uma ciência, é um espaço científico, vamos dizer assim, universitário muito forte, em países como os Estados Unidos ou...

S.A. – Sim. E que tem uma certa razão de ser, porque elas sempre estiveram muito conectadas com os aparelhos de contenção da violência. Quer dizer, elas sempre forneceram elementos. Se você pega... Eu assisto muito esses *CSI*, *Lei e Ordem*, etc., e é impressionante como muitos dos elementos de pesquisa deles são tirados da criminologia. Então, por exemplo, perfis de criminosos. Quer dizer, isso não interessa para um pesquisador que quer entender a sociedade, quer entender a natureza da democracia que se instaura. Não me interessa. Mas, por exemplo, para a criminologia, interessa... Agora, o problema é que, no Brasil, a criminologia é uma criminologia muito tradicional e ainda com muitos resquícios lombrosianos. Quer dizer, uma ideia de uma criminologia mais moderna, que estuda redes, que vê as... Essas, aqui, praticamente não tem. Agora, com a formação, nós temos uma pesquisadora com formação, aqui, em criminologia no Canadá – o Canadá é uma longa tradição de formação em

criminologia –, e ela tem uma outra cabeça, uma cabeça mais social, então, junta Luhmann com a tradição de uma criminologia social, então é bastante diferente. Agora, eu vejo que aqui... Quer dizer, para mim, o meu problema – eu, como sociólogo – é mais uma sociologia da violência, entendida... Quer dizer, pensar não só a violência como um fenômeno contemporâneo que está associado com as instituições, com a democracia, com a crença nas instituições sociais, com a crença na justiça, etc. Eu ministrou uma disciplina de sociologia da violência. Não me interessa a violência em si. Só me interessa a violência, na sua forma, nas suas modalidades, quando elas me permitem flagrar a sociedade nas suas zonas de tensão e conflito e nas suas formas de resolução desses conflitos. É isso que me interessa. Para isso, quando eu penso em violência, eu penso não só os fatos, mas eu penso também a significação dessa violência e as representações. Porque não dá para eu achar que é só ter mortos. Os mortos acontecem num contexto e no simbólico. Então, essa é a questão, para mim, que, particularmente, é mais importante hoje em dia. É uma questão criminológica, no meu entender, é mais restrita, ainda que tenha até muitos... Por exemplo, tem um... Ele é criminólogo, é um sociólogo muito importante hoje, que é o David Garland, e que o que você lê dele é de outra natureza, de outra... Ele não está tão preocupado só com o crime em si, mas ele está preocupado mais, na verdade, com a produção dos mecanismos de controle do crime. Então, já vira uma coisa mais... Me interessa mais. Agora, é difícil você... Vai ter uma mesa na Anpocs – em princípio, eu devo participar –, como é que os cientistas sociais brasileiros incorporaram as teorias nas suas... Eu acho que a gente não parou ainda para pensar isso, para fazer. Os estudos que a gente faz, na verdade, é quase que um mapeamento institucional: por onde as coisas passaram, que temas foram sendo desenvolvidos, que respostas, etc. Essa discussão mais... O que foi incorporado, por exemplo, quando você discute violência e gênero, que literatura de gênero, na verdade, foi apropriada para poder explicar essa violência? Quando você discute, por exemplo, questões de prisões, você tem uma longa tradição de estudos de prisões nos Estados Unidos, mas essa literatura não está necessariamente incorporada nos estudos de prisões. Você aí vai a Foucault. Aí é como se Foucault fosse, vamos dizer assim, o manual explicativo das prisões. Então, isso a gente precisa fazer uma avaliação. Precisa fazer uma avaliação, um balanço, porque a gente, de fato, não sabe como é. Não que a gente precise ter padrões normativos, eu não vejo assim, mas saber por onde nós andamos, mesmo, quer dizer, que lugares nós...

C.C. – Aprender no próprio campo, não é?

S.A. – No próprio campo. É exatamente isto.

C.C. – Ou então na literatura sobre marginalidade, ou sobre a crítica da... divisor de marginalidade, desvio, divergência, essa coisa toda que entrou também para uma outra tradição, não é?

[FINAL DO ARQUIVO II]

C.C. – Luiz Henrique de Toledo.

S.A. – ...ele se recusa a falar com a imprensa. Ele se recusa. Então, por exemplo, quando me ligam... A gente faz muito isso. Então, a gente faz um cadastrinho aqui e, determinados assuntos, já remete para a pessoa que sabe, porque não adianta, eu não vou dar conta de... Então, determinada pessoa... “Quem sabe falar sobre isso é tal pessoa.” Por exemplo, nós tínhamos um pesquisador aqui dentro que era o especialista em polícia e violência, que era o Paulo Mesquita. O Paulo faleceu e nós não conseguimos achar uma pessoa com a mesma envergadura do Paulo para falar sobre esse tema. Agora talvez eu consiga me aproximar mais de uma pesquisadora. Mas o que acontece? Eu falo sobre esse tema, mas não como o Paulo, porque o Paulo sabia toda a legislação que estava acontecendo, quem é que estava publicando o último livro sobre tal coisa, circulava internacionalmente, então, sabia qual era o debate. Ele tinha feito o doutorado dele em Columbia, então, ele tinha... Então, esse é um problema. Aqui é uma instituição que tem limites, porque a gente não consegue... Por exemplo, violência de gênero, eu tenho uma pesquisadora aqui, mas todo esse tema de gênero, ela vai nos outros, vai no Pagu, na Unicamp, porque o Pagu sabe; vai... Então, toda vez que tem que acontecer um negócio, eu já passo para ela. Eu falo: “Wânia, olha, é melhor você falar. Porque não adianta, eu vou... Eu orientei a tese, conheço o que você fez, sei o que você fez, mas não sou legítimo no campo para falar sobre isso”.

C.C. – O curso de Ciências Sociais, não o curso em si, mas o jovem que você convive nesse curso de Sociologia, na graduação, ele entra hoje...? Se você comparasse não com a sua época de estudante, mas quando você entrou, em 1986, na USP, qual era o perfil, a expectativa do jovem de graduação? Você acha que mudou ou continua a mesma coisa?

S.A. – Eu acho que mudou, sim. Acho que mudou. Eu acho que, na época, os alunos, eram poucos que se interessavam por pesquisa, porque a pesquisa era uma coisa muito limitada. Inclusive, até participar de um projeto de um professor era uma coisa também muito limitada. Eram poucos alunos que conseguiam chegar até um professor, ser recrutado para trabalhar com ele...

C.C. – As bolsas de iniciação científica também não eram tão comuns, não é?

S.A. – Praticamente não existia. Era muito pouco... Então, a expectativa do aluno era fazer Ciências Sociais; se possível, conseguir emprego dando aula, porque o magistério era, na verdade, a grande coisa; e se você conseguisse ir para um centro de pesquisa, porque você revelou alguma inclinação para isso, ótimo. Mas era sempre uma situação ainda muito... Quer dizer, hoje, muitos dos alunos aqui têm iniciação científica, têm uma série de coisas. Então a maioria deles são treinados em pesquisa. Quer dizer, eu acho que a perspectiva hoje... Então, por exemplo, hoje, a pressão para fazer pós-graduação é muito maior do que era antes. É muito maior. Quer dizer, hoje, o aluno que está na graduação já está desenhando o que ele está querendo fazer depois, não é isto? Ou mesmo quando eles trabalham, por exemplo, não só aqui, mas em outros centros, quando eles trabalham com um professor, eles já... Alguma coisa já está saindo dali. Então, eu acho que as perspectivas são muito diferentes. O que eu acho é que melhorou a qualidade da profissionalização, mas diminuiu o número da..., diminuiu a força da inventividade. Então, antigamente, tudo que as pessoas estavam fazendo era muito interessante. Hoje, você vê coisas interessantes, mas você vê coisas que estão dentro do padrão esperado.

C.C. – As rotinizadas.

S.A. – Então, o que é que eu acho? Aumentou a profissionalização, mas diminuiu a genialidade, seja o que quer dizer isso. [risos] Dificilmente você encontra uma coisa que diz assim: “Olha, é *expert*, absolutamente...”. Eu tive bons trabalhos acadêmicos que eu gosto muito – alguns deles são realmente referenciais. Ultimamente, eu me encantei com essa pesquisa sobre o PCC nas prisões, porque esta me tirou o chapéu, não só porque a pesquisadora de campo é excelente e tudo, mas porque ela tem uma tese clara do começo ao fim, com uma economia de recursos teóricos, bem controlada, etc. Agora, esta é uma pesquisadora que veio

sendo preparada. Então, eu diria que, acho que isso tem um lado bom. Acho que são mais profissionais. Ainda revelam deficiências de... Por exemplo, a coisa mais difícil, ainda hoje, é que o aluno aprenda a pensar sociologicamente. Eu estou falando sociologicamente num sentido mais amplo. Não precisa ser só sociologicamente, mas antropologicamente, em termos de ciência política. Eu acho que é a coisa mais difícil, quer dizer, o aluno conseguir transformar o problema social num problema de investigação sociológica. Essa é uma tarefa... Claro, isso vem com a maturidade, mas o aluno demora para poder entender o que é isso, o que significa isso. Então, esse é um trabalho que a gente tem que o tempo todo ficar... Eu acho que mudou. Eu acho que mudou para melhor, em certos aspectos. Agora, houve ganhos e houve perdas. Quer dizer, hoje, claro, você tem um volume muito maior de produção de conhecimento, inclusive divulgada, e tem umas coisas assim... Eu fui participar de um debate na SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia), e me pediram para apresentar lá uma reflexão sobre a Capes, a questão das avaliações, e Qualis. Claro, eu fui apresentar o que foi feito, as razões de uma coisa e de outra, e lá pelas quantas, o nosso colega... Benedito... Como é o nome dele? Lá de Brasília...

B.H. – O que organizou? Carlos Benedito Martins.

S.A. – O Carlos Benedito Martins fez um comentário, e daí explica um pouquinho a tua pergunta. Ele falou assim: “Olha, no passado, você encontrava os seus colegas numa reunião da Anpocs e perguntava ‘o que você está fazendo’, aí o teu colega contava. Então, você conversava, e dialogava, e era uma emoção só. Agora, você encontra o teu colega e você pergunta ‘você está publicando em que Qualis?’”. [risos] Ficou mais profissional, mas... Na hora, eu fiquei tão assim... Mas é verdade. Você hoje tem esse dado de realidade. Melhorou. Eu acho, por exemplo, que hoje a divulgação do conhecimento do que nós fazemos é muito maior, e você tem muito ganho com isso, agora, eu acho que o esforço para dar o salto de criação... Eu mesmo fico me perguntando: “qual é a hora que vai dar um novo estalo de Vieira para a gente...?”. Claro que têm muitas tarefas de pesquisa que você tem que continuar fazendo, mas tem hora que você diz: “Não, agora eu quero fazer um outro...”.

B.H. – E essa dificuldade de pensar sociologicamente também deve vir da formação escolar que tem se deteriorado.

S.A. – Tem. Tem muito na formação escolar. Tem o fato de que você aprendeu muito a fazer, mas menos a refletir sobre o fazer. Se você disser para a pessoa assim: “Vai lá e coleta o dado”, ela faz, e faz bem, e faz rápido, põe no computador, trata, etc. Mas se você pergunta para ela: “Para que eu te pedi isto?”, ela não necessariamente é capaz. Eu estou com uma equipe de pesquisa aqui *ex-celente* e que leem os processos hoje de uma maneira aguda, mas há uns bons anos aí que eles estão no trabalho, então eles sabem tudo, eles sabem refletir, “não, mas essa questão não pode ser pensada assim porque tem um outro lado, etc.”. Então é ótimo. Mas é um trabalho de garimpagem. É uma garimpagem.

C.C. – Sérgio, se você tivesse que destacar, da tua formação, um autor, um livro, uma coisa que você destacasse como... que te marcou, influenciou mais...

S.A. – Que tenha me marcado? Eu acho que o meu encontro com o Foucault foi muito marcante. E foi muito marcante não pelas ideias em si, mas por uma coisa que eu acho que o Foucault colocou muito... é não ceder à facilidade. É a ideia de que tudo pode ser problematizado; que, em princípio, você pode olhar diferentemente o mesmo objeto, no sentido que você não tem respostas pré-dadas que, necessariamente, vão se confirmar no resultado da pesquisa. Então, toda essa questão. por exemplo, não partir do sujeito, como se fosse alguma coisa já pré-dada; a ideia de que a história continuísta é uma das versões da história, mas a descontinuidade, na verdade, é que é o traço no processo histórico. O Foucault me... E, claro, foi *Vigiar e punir*, pelos objetos de pesquisa aqui do... Foi muito impactante. Mas eu acho que depois, quando eu comecei... Foi uma coisa muito interessante, porque eu comecei a dar um curso aqui e não fui diretamente usar Foucault; fui usar vários autores que trabalhavam com o tema... O curso até hoje ainda se chama, mMas se chama assim por causa da minha dificuldade de renovar o título do curso. Chama-se *Legalidade e moralidade na construção da ordem social burguesa*. Mas isso aí foi formado em 1988, essa... Mas eu fui mudando o programa. Daí o que eu fiz? Eu comecei a trabalhar o Foucault... Nos primeiros dois anos que eu dei, eu não entrava tão diretamente em Foucault. Eu achava que era meio... Aí um dia eu resolvi estudar. Resolvi estudar e comecei a trabalhar *Vigiar e punir* e outras coisas. Mas aí eu comecei a ficar insatisfeito, porque eu não conseguia responder algumas perguntas: por que o poder é anônimo; por que, se eu for pela história da humanização das prisões, eu não chego a explicar a prisão,

etc. Aí eu resolvi voltar para trás e aí resolvi me debruçar para uma obra que até hoje eu não entendo totalmente, mas já li inúmeras vezes, que é o *As palavras e as coisas*. Depois de *As palavras e as coisas*, eu voltei mais para trás, para rever a *História da loucura* e *O nascimento da clínica*. Aí a coisa foi pegando uma dimensão para mim... Aí eu comecei a dar o curso e fui ficando. E daí fui descobrindo. Quer dizer, descobre uma coisa aqui, descobre outra coisa lá, descobre... E acabei orientando coisas extremamente interessantes... Não é um orientando meu, mas fez a disciplina comigo. E um dia eu estava explicando toda essa questão da morte do sujeito, explicando o que significava isso, aí um aluno virou e falou assim: “E como é que ficam as biografias? Não tem biografia?”. Eu falei: “A biografia é sem sujeito”, falei para ele. Aí ele ficou meio assim. E eu virei para ele e falei assim: “Isso é um bom tema de trabalho”, eu falei para ele, “você podia...”. Esse menino me fez um trabalho absolutamente emocionante. Ele foi pegar justamente como lidar com a biografia quando você não tem esse sujeito de suporte. E o trabalho está publicado. Ele fez e eu falei para ele: “O teu trabalho é realmente muito bom, tem que ser publicado”. Então tem essas coisas, que eu acho que... Essa coisa da emoção da pesquisa. Agora eu estou começando a, por exemplo, eu estou com um livro praticamente pronto e agora eu tenho que fazer o meu trabalho de editor. Eu chamei os meus ex-orientandos e disse: “Eu estou querendo condensar um pouco o que foram esses 20 e tantos anos de...”. Afinal de contas, é um número grande de teses e dissertações. Eu chamei. Nem todos quiseram fazer, mas a maioria quis. E eu estou escrevendo sobre a aventura da orientação, o que é esta coisa de você ser surpreendido, e de repente você diz: “Não, mas acho que não é bem assim”, argumenta, etc. E o que foi sendo esse movimento de pesquisa. Têm essas coisas que eu acho que são..., que acabam sendo importantes. Mas o Foucault, para mim, foi... É claro que eu gosto... Hoje, eu gosto muito de ler, vamos dizer, todos aqueles que foram um pouco da linha do Foucault – o Nikolas Rose, acho muito importante. Weber, na minha formação, é muito importante, sobretudo por causa do tema do monopólio. Então, o Weber e o Elias, também eu sempre... E também por causa do tema dos direitos humanos, a Hannah Arendt, eu também fui... Acabei de escrever... Este eu escrevi, mas este eu escrevi com paixão. É sobre os 50 anos do Eichmann em Jerusalém. Então, eu participei de um seminário lá no Paraná e agora escrevi o artigo que eles tinham me pedido, que era o tema da anestesia moral, como é que... Porque você está julgando o quê? Você está julgando um indivíduo que de repente não tem responsabilidade de nada. E aí eu escrevi isto. Mas esse me deu emoção, porque aí eu sentei, e tem as coisas lidas, tinha... E daí surgem... Você veja, essa coisa

toda... Quer dizer, a Hannah Arendt, que é uma pensadora... tem muita controvérsia – a Filosofia, eu tenho reticência, porque acho que ela não é tão rigorosa –, mas ela é palpitante. Por exemplo, o tema da coragem cívica é um tema... Você vai lendo as coisas, é incrível. Quer dizer, é uma coisa que a gente não explorou. Então tem isto. Gosto de ler os teóricos da Lei e Ordem, porque eu acho que eles são uma representação de um discurso que é muito forte. Então, Dahrendorf, eu estudei. Também foi muito interessante, porque um aluno da Unicamp leu o artigo que eu tinha escrito sobre o Dahrendorf e resolveu fazer um estudo sobre o Dahrendorf. Fez uma dissertação, acabou de publicar, muito interessante. Então eu gosto. Eu acho que esses autores, para mim, têm... E vou caminhando um pouco por essas... De vez em quando, eu vou guardando as coisas de... Ano passado, eu dei o curso de sociologia contemporânea. Eu nunca tinha dado o curso de sociologia contemporânea. E foi a primeira vez que eu resolvi pegar o Parsons e ler. Eu gostei. Eu disse: “Não é esta coisa assim”. Eu vim de uma formação que era muito preconceituosa contra o Parsons. O Parsons era interditado. Era interditado! Você não podia ler. Eu vou ler, ele não é absolutamente este *nonsense*. E o livro *A estrutura da ação social* tem que ser lido. Agora, os alunos continuam com preconceito. Mas eu acho que foi legal. Depois eu dei... Eu li muito a Escola de Frankfurt, aqui, também, o Adorno, o Horkheimer. Eu gosto, embora, hoje, cada vez mais eu ache que é um mundo..., é muito complexo. E gosto do interacionismo. Quer dizer, aprendi muito a ler o Goffman. O Goffman acho muito importante, e o Becker, também. Hoje eu trabalho com esses dois autores, porque acho extremamente importante. Então é isso. Mas acho que o Foucault é o mais... é o que é mais...

C.C. – Marcou.

S.A. – Menos pela ideia em si, mas muito mais pelos desarranjos que ele promove.

[FIM DO DEPOIMENTO]